

Aspectos gerais do comportamento das empresas públicas brasileiras e sua ação internacional*

ENRIQUE J. SARAIVA**

1. Introdução; 2. Características do sistema; 3. Relação das empresas estatais existentes; 4. Os principais setores; 5. Fatores políticos e econômicos que explicam historicamente o surgimento das empresas públicas no Brasil; 6. Ação internacional.

1. Introdução

O sistema brasileiro de empresas públicas apresenta características originais e definidoras, sobretudo no que se refere a formas de organização e níveis de eficiência.

O objetivo deste trabalho é descrever as características gerais das empresas pertencentes ao governo federal do Brasil. Fica excluída, em consequência, a análise das empresas pertencentes aos estados-membros da Federação.

Inclui uma relação completa das empresas existentes em maio de 1976 e uma descrição dos principais setores. Procura explicar, também, as

* Este trabalho foi elaborado por solicitação do Instituto para la Integración de América Latina — Intal — e se constitui no relatório nacional sobre o Brasil, parte do estudo realizado pelo referido instituto sobre o regime legal das empresas públicas latino-americanas e sua ação internacional.

** Coordenador da área de Administração de Empresas Públicas da Escola Interamericana de Administração Pública — EIAP, da Fundação Getúlio Vargas. Membro da Comissão de Empresas Públicas do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, Bruxelas. Ex-professor de direito administrativo e de aspectos jurídicos do planejamento da Universidade Católica de Córdoba, Argentina.

principais causas do surgimento de empresas públicas e salientar alguns traços básicos da atual política governamental a respeito do assunto.

O estudo finaliza com uma análise dos principais aspectos da atividade internacional que essas empresas estão realizando.

O autor deseja agradecer a colaboração prestada por diretores e funcionários de numerosas empresas públicas do Brasil e, especialmente, os dados e comentários dos professores Getúlio Carvalho e Tjerk Franken. As opiniões contidas neste trabalho são de responsabilidade exclusiva do autor.

2. Características do sistema

2.1 Aspectos legais

O aspecto legal de cada empresa é determinado por seu estatuto ou lei de criação. As categorias estão definidas pelo Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969 que, em seu art. 5º, incisos II e III, estabelece que é "Empresa Pública a entidade dotada de personalidade jurídica privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito". O art. 5º do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, complementou este inciso, assim dispondo: "Art. 5º. Desde que a maioria do capital votante permaneça de propriedade da União, será admitida, no capital da Empresa Pública (art. 5º inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967), a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da Administração Indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios". É "Sociedade de Economia Mista a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da administração indireta".

2.2 Magnitude do sistema

2.2.1 Dimensão econômica das empresas públicas em relação às maiores empresas do Brasil

A Fundação Getúlio Vargas realiza anualmente uma classificação das 500 maiores empresas do país. A hierarquização dessas empresas é efetuada mediante a conjugação patrimônio líquido (aspecto estático) — resultado do exercício (aspecto dinâmico).

A relação elaborada com base no exercício de 1975 situa as empresas estatais da seguinte forma:

Nº de ordem	Federais	Estaduais	Total
1 a 100	17	9	26
(1 a 22)	(10)	(6)	(16)
101 a 200	5	14	19
201 a 300	5	9	14
301 a 400	2	3	5
401 a 500	2	11	13
	—	—	—
Total	31	46	77

Essa relação requer as seguintes observações:

- a) dela estão excluídas as empresas bancárias e financeiras;
- b) nela só estão compreendidas as sociedades de economia mista; em consequência, não está incluída a categoria "empresas públicas", no sentido que a legislação brasileira usa.

2.2.2 Magnitude das empresas públicas em relação ao setor privado nacional e estrangeiro

Uma pesquisa realizada em 1975 que abrangeu 5.256 empresas não-agrícolas distribuídas por 85 ramos de atividades identificou as seguintes proporções quanto à participação de capitais estatais e privados.

De acordo com esse estudo, do total do patrimônio líquido, 45,92% correspondem a empresas do setor governamental; 37,78% ao setor privado nacional e 15,76% ao setor controlado por capital estrangeiro, enquanto que 0,54% corresponde a empresas de capital nacional administrado por empresas estrangeiras.

O patrimônio líquido foi considerado como expressão do poder econômico das empresas. O critério básico consistiu em considerar a propriedade da maioria do capital para definir as empresas como públicas, privadas, nacionais ou estrangeiras.

Segundo se pode observar, em 1973 o patrimônio líquido das empresas governamentais totalizava Cr\$ 147.800 milhões, 94% dos quais concentrados em energia elétrica, comunicações, petróleo, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, estradas de ferro, siderurgia e, por último, água, esgoto e gás.

De acordo com fontes governamentais, as proporções — baseadas no exercício de 1974 — são as seguintes:¹

Estatual:	49,5%
Privada nacional:	28,4%
Estrangeira:	22,1%

2.2.3 Participação percentual das empresas públicas no investimento e no investimento público total

Quadro 1

Coeficiente de investimento em relação ao Produto Interno Bruto — 1969	Participação do setor público na formação bruta de capital fixo (%) — 1969		
	Setor público	Governo federal	Empresa pública
16,5%	54,8%	28,4%	26,4%

Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), Divisão de Contabilidade Social (DCS), Centro de Estudos Fiscais (CEF).

Quadro 2

Origem do investimento fixo — 1969

	(em % do PIB)	(em % do investimento fixo)	
Governo	5,6	33,9	Total: 60,6
Empresas governamentais	4,4	26,7	
Empresas privadas	6,5	39,4	

Fonte: FGV/IBRE/DCS/CEF.

É interessante notar a maior importância assumida por empresas públicas estaduais quando se considera a participação nos investimentos. Do total de cerca de Cr\$ 6.000 bilhões, que representa o volume de investimentos efetuados por empresas governamentais em 1969, a metade corresponde a investimentos feitos por empresas organizadas a nível estadual. A participação de empresas estaduais em termos de valor agregado foi de cerca de 28%.

Quanto à distribuição setorial dos investimentos, os valores globais indicam um predomínio acentuado do setor energético. Este absorveu quase 40% dos investimentos efetuados pelas empresas do governo, refletindo a

¹ Congresso Nacional. CPI sobre Empresas Multinacionais. Declaração do Ministro João Paulo dos Reis Veloso.

prioridade que o plano de desenvolvimento econômico atribuiu ao setor energético. Deve-se destacar que, segundo os balanços de 1973, das 30 empresas públicas que se situam entre as 100 maiores empresas do país, 12 são de energia elétrica.

O setor industrial absorveu mais de 18% dos investimentos realizados em 1969 e o setor de comunicações cerca de 16%. No primeiro caso os resultados refletem principalmente as atividades dos setores siderúrgico, petrolífero e mineral.

É também expressivo o investimento realizado através de empresas de prestação de serviços públicos urbanos (água, esgoto, transporte coletivo, etc.) que somou cerca de Cr\$ 500 milhões em 1969, equiparando-se aos investimentos realizados pelas empresas de transportes marítimo e ferroviário. É bom salientar que aqueles investimentos constituem a segunda rubrica em ordem de importância no que se refere a empresas estaduais, em consequência da crescente intervenção do governo federal em problemas de desenvolvimento urbano. É provável que resultados mais recentes mostrem uma participação ainda maior, em função dos recursos que o Banco Nacional de Habitação está mobilizando para programas de saneamento. Do mesmo modo que nas empresas energéticas, se bem que os investimentos sejam executados por empresas estaduais, o controle da aplicação dos recursos é progressivamente centralizado no órgão federal que mobiliza os recursos para investimento.²

Quadro 3

Formação bruta de capital fixo por setor de atividade — 1969 (%)

Sector	Empresas federais	Empresas estaduais	Total
Agricultura e abastecimento	0,19	2,60	1,40
Comunicações	23,66	8,40	15,98
Energia	26,74	52,62	39,77
Financeiro	4,20	7,36	5,79
Indústria*	37,28	0,63	18,33
Serviços públicos**	—	17,08	8,60
Transporte	7,93	11,31	9,63
Total dos investimentos (em milhões de Cr\$)	2.877	2.918	6.795

Fonte: FGV. *Conjuntura Econômica*, jun. 1973.

* Exclui as indústrias de energia elétrica e inclui as indústrias extrativas de minério.

** Inclui basicamente empresas de serviços urbanos como, por exemplo, abastecimento de água, esgoto e transporte coletivo.

² Cf. Silva, Fernando Antonio Rezende da. *Avaliação do setor público na economia brasileira: estrutura funcional da despesa*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974. Coleção Relatórios de Pesquisa.

2.3 Formas de criação

O art. 5º do Decreto-lei nº 200 de 25/2/67 estabelece em seus incisos I e II que as empresas públicas e sociedades de economia mista são *criadas por lei*.

Para melhor compreender seu enunciado, deve-se assinalar que, de acordo com o sistema constitucional do Brasil, há vários tipos de leis: ordinárias, delegadas e decretos-lei, entre outros.

Os arts. 52 e 54 da Constituição de 1967 tratam das leis delegadas pelas quais o Poder Legislativo delega ao Executivo alguma faculdade própria. Elas devem especificar seu conteúdo e o término de sua aplicação. No assunto do qual tratamos, ocorre, em muitos casos, que o Congresso vota uma lei na qual tanto estabelece normas para determinado setor, como autoriza o Executivo a criar uma empresa pública, ou uma sociedade por ações, para exercer determinadas funções nessa área.

O art. 55 estabelece que "o Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não haja aumento de despesas, poderá expedir decretos-lei sobre as seguintes matérias: I) segurança nacional; II) finanças públicas, inclusive normas tributárias; III) criação de cargos públicos e fixação de vencimentos.

§ 1º — Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberado, o texto será tido por aprovado".

Em matéria de empresas públicas nenhuma foi criada por decreto-lei desde a vigência do Decreto-lei nº 200/67; porém, tem ocorrido que autarquias já existentes foram transformadas em empresa pública por decreto-lei (caso da Empresa de Correios e Telégrafos e do BNDE).

Cabe acrescentar que, conforme o art. 57 da Constituição, a iniciativa das leis que criam empresas públicas e sociedades de economia mista, é exclusiva do presidente da República.

Finalmente, deve-se levar em conta que muitas leis de criação de empresas públicas e sociedades de economia mista, autorizam-nas a constituir subsidiárias e a participar do capital de outras sociedades de economia mista. Assim é que nos últimos anos têm-se constituído muitas empresas públicas subsidiárias de outras, ou novas empresas formadas por várias empresas públicas, mediante mera escritura pública.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico, mediante resolução de 18 de junho de 1975, decidiu que é indispensável a autorização do presidente da República, tanto para criação de subsidiárias de empresas governamentais, como para que estas assumam o controle de empresas privadas.

2.4 Tipo de racionalidade no comportamento das empresas

Nas empresas estatais brasileiras (empresas públicas e sociedades de economia mista) há certo predomínio da racionalidade do tipo privado.

Existe uma acentuada preocupação com a eficiência e, pelo menos, com a auto-suficiência econômica das empresas estatais.

Isto não impede que os objetivos de interesse geral, essenciais à empresa pública, sejam respeitados e cumpridos.

Não há dúvida quanto à existência de aspectos diferenciais entre as diversas empresas.

Assim, a Petrobrás, a Eletrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional, criadas para atender a objetivos nacionais e sociais, cresceram sem interrupções, mostrando atualmente uma imagem de indubitável eficiência sem, contudo, deixar de lado os objetivos originais.

Outras empresas, como a Rede Ferroviária Federal S. A. (Refesa), que foram sinônimo de má administração, vão reduzindo progressivamente seus déficits crônicos, o que pressupõe que seu equilíbrio financeiro seja alcançado a médio prazo.

O Lloyd Brasileiro, que também foi exemplo de desorganização, conseguiu recuperar-se desde que foi transformado em sociedade de economia mista, em 1967. Descentralizou-se, livrou-se de tudo que era oneroso e sua lucratividade é cada vez maior.

Há, indubitavelmente, consenso de que o lucro não é o principal objetivo da empresa governamental, ainda que haja uma acentuada preocupação com a eficiência e os resultados financeiros. Talvez a melhor síntese disso esteja na declaração de um representante da Companhia Siderúrgica Nacional — empresa que dá enormes lucros — que dizia que em 1975 a CSN teria que produzir 200 mil toneladas de trilhos, produto de baixa rentabilidade do qual, porém, o Brasil necessitava e cuja produção não despertava o interesse de qualquer empresa privada, nacional ou estrangeira.

A racionalidade do tipo privado é mais acentuada nas sociedades de economia mista que nas empresas públicas. Não obstante, elas se preocupam em alcançar sua auto-suficiência.

Assim, por exemplo, a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), empresa pública segundo a definição do Decreto-lei nº 200, procura por diversos meios cobrir o déficit produzido pelo serviço postal sujeito a tarifas fixadas pelo governo federal. Mediante a confecção de “aerogramas”, venda de publicidade impressa nos formulários de serviço, confecção e venda de cartões de Natal, etc., consegue recursos para reduzir o prejuízo provocado por seus serviços essenciais de correios e telégrafos, além da racionalização e redução dos custos operacionais e gerais.

2.5 Regime de pessoal

Segundo o art. 182 do Decreto-lei nº 200/67, o pessoal de empresas públicas e sociedades de economia mista está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Entretanto, até bem pouco tempo o pessoal de muitas delas estava sujeito ao sistema do Estatuto do Funcionário Público e, em outras, convi-

viam funcionários sujeitos ao sistema estatutário, juntamente com outros regidos pelo sistema da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em 24 de março de 1975, o governo federal recomendou ao diretor do Dasp (Departamento Administrativo do Pessoal Civil) que lhe entregasse, no início do segundo semestre daquele ano, um estudo para a unificação do sistema com base nas disposições da CLT.

A partir de 31 de dezembro de 1975 todos os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista passaram a ser regidos pela legislação trabalhista.

Os salários de diretores e presidentes de sociedades de economia mista são, em geral, fixados pelas respectivas assembléias de acionista. O Conselho de Desenvolvimento Econômico baixou uma resolução em 4 de agosto de 1976, fixando limites máximos de remuneração média mensal de diretores e presidentes de empresas sob controle direto ou indireto do governo federal. A resolução estabelece um teto salarial para cada uma das empresas que reúne em seis grupos, de acordo com sua importância.

2.6 Controle

O regime de controle das empresas públicas e sociedades de economia mista está previsto no Decreto-lei nº 200, de 25/2/67 (arts. 19, 26, 27, 28 e 183).

Segundo ele, as empresas públicas e sociedades de economia mista são sujeitas à supervisão ministerial e controladas pelos inspetores gerais de finanças.

A Constituição de 1967 estabelece o controle dessas empresas por parte do Tribunal de Contas e do Poder Legislativo.

No caso particular das empresas públicas, seus estatutos e respectivas leis de criação estabelecem, em geral, que elas devem prestar contas ao ministério a que estão vinculadas que, com seu parecer e documentação, deve submetê-las ao Tribunal de Contas da União dentro de certo prazo, conforme o regime estabelecido pelo art. 42 do Decreto-lei nº 199, de 25/2/67. Esse regime foi complementado pela Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que estabelece, em relação a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista, a obrigatoriedade de submeter-se à prestação de contas, inclusive de despesas consideradas sigilosas.

De acordo com o Decreto nº 71.660/73, os balanços das empresas públicas devem enquadrar-se nas normas da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

O Poder Legislativo realiza o controle orçamentário das entidades governamentais através da Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara de Deputados e da Comissão de Finanças do Senado, embora se estude a possibilidade de criar uma auditoria especializada vinculada às duas casas do Congresso.

No que se refere a sociedades de economia mista, o Tribunal de Contas não pode estabelecer o sistema de auditoria financeira que aplica a outros órgãos da administração direta e indireta. Quando recebem contribuições parafiscais e prestam serviços de interesse público ou social, estão sujeitas à fiscalização do Estado nos termos e condições estabelecidas na legislação pertinente a cada uma delas (art. 138, Decreto-lei nº 200/67).

Até fins de 1974 todas as sociedades de cujo capital participava o Tesouro Nacional, diretamente ou através de qualquer outra entidade, estavam sujeitas ao controle da Comissão de Defesa dos Capitais Nacionais (Codecan), órgão colegiado anexo à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (Decreto-lei nº 147 de 3/2/67, cap. IV).

Nessa data a Codecan foi extinta e suas atribuições passaram à Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Fazenda (IGFMF).

Em matéria de controle judicial dos atos das empresas governamentais, a Constituição de 1967 estabelece uma distinção: o foro competente para julgar os litígios das empresas públicas é o da Justiça Federal, do mesmo modo que o foro para as sociedades de economia mista é o da Justiça Ordinária de cada um dos Estados. Não obstante, em 20 de agosto de 1976 o Tribunal Federal de Recursos decidiu que todas as ações em que a Petrobrás seja parte, devem ser julgadas pela Justiça federal.

2.7 Autonomia real das empresas estatais

O grau de autonomia das empresas públicas brasileiras está na razão direta do tamanho relativo de cada uma delas.

As grandes empresas (Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, etc.) têm um grau de autonomia muito maior do que suas normas regulamentares fazem supor.

Legalmente, os órgãos normativos do governo (CNP, Consider, etc.) devem estabelecer as políticas gerais que serão executadas pelas empresas governamentais. Na realidade, ocorre que as empresas impõem ou, pelo menos, conseguem que sejam adotadas as políticas que consideram convenientes.

Isto provoca, naturalmente, atritos com o Poder Executivo e seus órgãos destinados a supervisão e controle das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Essa situação reflete-se em recente pronunciamento do Ministro da Fazenda do Brasil: "É necessário disciplinar a atuação das empresas estatais. Através do Conselho de Desenvolvimento Econômico já estamos tentando um controle de preços, lucros, aumentos de capital, planos de expansão, de modo que estes fatores se enquadrem nos planos globais do governo. Procuraremos também dar a essas entidades um tratamento idêntico ao do setor privado eliminando certos privilégios e isenções que beneficiam algumas empresas de economia mista. Com o tempo, talvez

seja necessária a elaboração de um estatuto para as empresas estatais. Isto é, porém, um assunto para debate".³

2.8 Regime tributário

A Lei nº 6.264, de 18 de novembro de 1975, estabeleceu que todas as empresas públicas e sociedades de economia mista estão sujeitas ao pagamento de imposto de renda. Elas devem pagar 30% sobre o lucro tributável, independentemente da participação de pessoas de direito público em seu capital social. Anteriormente, essa percentagem incidia apenas sobre a parte do lucro a ser distribuído aos acionistas privados.

Entretanto, essas empresas poderão excluir do lucro real a parcela correspondente a atividades monopolísticas definidas legalmente e executadas em nome do Estado.

As concessionárias de serviços públicos em geral, inclusive as empresas de energia e telecomunicações, estão sujeitas ao pagamento desse imposto, porém sob um regime mais favorável.

2.9 Destinação dos dividendos

Muitas empresas públicas e sociedades de economia mista estavam autorizadas a reter parte dos dividendos devidos ao governo federal na sua conta de reservas para aplicação a aumento de capital.

Em agosto de 1976, um decreto do Poder Executivo suspendeu essa permissão de caráter geral em relação aos exercícios de 1975 e 1976.

3. Relação das empresas estatais existentes

As empresas foram agrupadas nos quadros seguintes segundo setores de atividade. Em cada relação parcial foram determinados os seguintes itens:

1. Nome e sigla da empresa e vinculação ministerial.
2. Instrumento legal e/ou data de criação da empresa ou de sua incorporação ao patrimônio público. Em alguns casos — está claramente especificado — é citada a lei que transformou a empresa já existente (como órgão da administração direta ou como autarquia) em empresa pública.

Esclarece-se que as empresas subsidiárias são criadas geralmente por um ato da empresa matriz (escritura pública ou deliberação da assembléia), razão pela qual não há lei ou decreto de criação. O mesmo ocorre com algumas empresas criadas ultimamente mediante convênios entre duas ou mais empresas públicas já existentes, ou por contrato com grupos econômicos nacionais ou estrangeiros.

³ Discurso do Ministro Mário Henrique Simonsen na Associação de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento (ADECIF) no dia 24 de janeiro de 1975.

3. Como se observou, estão incluídas na relação todas as empresas criadas até fevereiro de 1977.

4. Classificação entre as 500 maiores empresas brasileiras. Determina-se a colocação correspondente aos exercícios de 1971, 1972 e 1973, segundo classificação efetuada pela Fundação Getúlio Vargas.⁴

5. Forma jurídica conforme o Decreto-lei nº 200/67. Especifica-se, também, quando se trata de empresa *holding* do setor, ou quando se trata de empresa subsidiária, associada ou coligada a outras empresas públicas.

6. Patrimônio líquido. Este dado é determinado em milhões de cruzeiros e em relação aos resultados do exercício de 1973. As empresas consideram patrimônio líquido a soma algébrica dos itens: capital nominal (positivo), reservas e provisões (positivo), reservas de reavaliações a capitalizar (positivo), capital a realizar (negativo) e prejuízos acumulados (negativo).

7. Natureza de seus acionistas. Estabelecem-se quem é o acionista majoritário e qual é a percentagem do capital total que o mesmo possui.

8. Atividade econômica principal.

Nestes quadros, assim como em todo o texto deste trabalho, só se faz referência às empresas do governo federal, excluindo-se, portanto, as que pertencem aos governos estaduais ou municipais. Devido à importância que têm algumas empresas pertencentes aos estados-membros, inclui-se um quadro descritivo (quadro 14) das maiores empresas estaduais.

4. Os principais setores

4.1 Siderurgia

O órgão normativo desta área é o Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica (Consider), criado pelo Decreto nº 66.759, de 19/6/70, e reorganizado pelo Decreto nº 74.361, de 2/8/74, que o denominou Conselho de Não-Ferrosos e Siderurgia. É constituído pelo Ministro da Indústria e do Comércio, que o preside, pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e pelos Ministros da Fazenda e das Minas e Energia.

Os principais grupos desse setor são Siderbrás e Codesid.

Em 1973 o patrimônio líquido das empresas siderúrgicas governamentais atingia a Cr\$ 7.600 milhões enquanto que o das empresas particulares atingia a Cr\$ 3.600 milhões.

A presença de empresários particulares brasileiros (Villares, Antunes, Ermírio de Moraes, Gerdau e outros) que se lançaram em iniciativas siderúrgicas bem sucedidas, não chegou a satisfazer a demanda interna. Por seu lado, o capital estrangeiro representado pela Companhia Belgo-Mineira (hoje com 70% de capital nacional) revelou-se tímido em suas ini-

⁴ Fundação Getúlio Vargas. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, jul. 1972; v. 27, n. 7, jul. 1973 e v. 28, n. 8, ago. 1974.

Quadro 4

Setor de extração de petróleo e minério

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 500 maiores empresas			Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
		71	72	73				
1. Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) — MME	DI. 4.362, 1/6/42	7.º	4.º	8.º	sem	3.928,7	gf* - 51	Extração, industrialização e comercialização de minérios
1. Petróleo Brasileiro S.A. (Braspetro) — MME	L. 2.004, 3/10/53	1.º	1.º	1.º	sem	11.936,3	gf* - 51	Pesquisa, extração e refino de petróleo importação e exportação
3. Petrobrás Internacional S.A. (Braspetro)	1972	—	—	nf	sem - subs. Petrobrás	319,4	Petrobrás - 99,99	Pesquisa e exploração de petróleo no exterior e exportação
4. Petróleo Mineração S.A.	2/2/77	—	—	—	sem - subs. Petrobrás	—	Petrobrás* - 50	Exploração de minério
5. Sociedade Carbonífera Prospera S.A.	1921	239.º	431.º	nf	sem - subs. CSN	61,3	CSN - 83,16	Extração de carvão
6. Lavador de Capivari S.A.	1968	nf	nf	nf	sem - subs. CSN	24,5	CSN - 99,70	Beneficiamento de carvão
7. Companhia Nacional Mineração de Carvão Barro Branco S.A.	1967	nf	nf	nf	sem - subs.	20,6	Cosim - 100	Extração de carvão
8. Beneficiamento de Itabirito S.A. (Benita)	1961	nf	nf	nf	COSIM	—	gf* - 51	Beneficiamento de carvão e minério
9. Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais — MME	DI. 764, 15/8/69	nf	nf	115.º	sem	209,2	gf - 91,48 p - 8,5	Prospecção de minérios e pesquisa
10. Terminais Salineiros do Rio Grande do Norte S.A. — MT	D. 88.154, 3/2/70	nf	nf	nf	sem	90,3	gf - 51	Exploração de salinas
11. Mineração Vale do Paranaíba S.A. (Valep)	1974	—	—	—	sem - subs. CVRD	—	CVRD - 95	Extração de fosfatos e titânio
12. Amazônia Mineração S.A. (A...ZA)	1970	nf	nf	nf	sem - col. CVRD	—	CVRD - 50,8	Exploração de jazidas de ferro da Serra dos Carajás

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 500 maiores empresas	Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
		71 — 72 — 73				
13. Itavale Ltda.	1974	— — —	sem - ass. CVRD e Acesita		CVRD - 50 Acesita - 50	Exploração de jazidas de ferro da propriedade da Acesita
14. Carajá Ferro e Aço S.A.	1975	— — —	sem - subs. CVRD		CVRD - 99,9	Extração de ferro
15. Nuclebrás Auxiliar de Mineração S.A. (Nuciam)	D. 76.802 16/12/75	— — —	sem - subs. Nuclebrás		Nuclebrás - 51	pesquisa, extração, concentração de minérios de urânio
16. Caraliba Metais S.A.	1975	— — —	sem - subs. Fibase		Fibase - 80,2	Extração e beneficiamento de cobre
17. Fertilizantes Fosfatados S.A.	2/2/77	— — —	sem - subs. Fibase		Fibase - 80	Extração e comercialização de fosfato

* A legislação referente a essas empresas estabelece que os titulares especificados não podem possuir percentagens menores que as indicadas, do capital com direito a voto.

Abreviaturas usadas:

col. — empresa coligada
 ass. — empresa associada
 subs. — empresa subsidiária
 sem — sociedade de economia mista

dep — outras empresas públicas
 ep — empresa pública
 p — particulares
 gf — governo federal
 ge — governo estadual
 nf — não figura (pode situar-se em um dos seguintes grupos: a) empresa de menor porte; b) rentabilidade negativa durante o exercício; c) empresa bancária ou financeira).

Quadro 5
Sector industrial

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 500 maiores empresas			Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
		71	72	73				
1. Companhia Usinas Nacionais (CUN) — MIC	1940	nf	nf	nf	sem	46,1	gf* - 51	Refinação de açúcar
2. Óleos do Palma S.A. (Opalma)	1964	nf	nf	nf	sem. - subs. CSN	18,2	CSN - 58,24	Produção e comercialização de azeite de dendê
3. Siderurgia Brasileira S.A. (Siderbrás) — MIC	L. 5.919, 17/9/73	—	—	—	sem - holding	26,1	gf* - 51	Holding do setor siderúrgico
4. Companhia Siderúrgica de Tubarão	1974	—	—	—	sem - subs. Siderbrás		Siderbrás - 51	Produção de aço
5. Laminadora de Tubarão	1974	—	—	—	sem - subs. Siderbrás		Siderbrás - 51	Produção de laminados de aço
6. Companhia de Desenvolvimento Siderúrgico (Codesid)	Escritura 5/2/74	—	—	—	sem - subs. BNDE		BNDE - 100	Holding das empresas siderúrgicas de propriedade do BNDE
7. Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa)	1960	9.º	5.º	26.º	sem - subs. Codesid	2.457,5	Codesid - 94,5	Produção de aço
8. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas)	1955	4.º	18.º	23.º	sem - subs. Codesid	1.780,1	Codesid - 73	Produção de aço
9. Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi)	1959	104.º	109.º	171.º	sem - subs. Codesid	191,9	Codesid - 93	Produção de aço
10. Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	DI. 3.002, 30/1/41	10.º	12.º	12.º	sem - subs. Siderbrás	2.194,0	gf - 77,2	Produção e comercialização de aço
11. Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes (Cosim)	DI. 280, 28/2/67	nf	nf	333.º	sem - subs. CSN	74,1	CSN - 52,04	Produção de aço
12. Usina Siderúrgica da Bahia S.A. (Usiba)		—	—	—	sem - subs. Siderbrás	289,0	Siderbrás* - 51	Produção de aço
13. Aços Minas Gerais S.A. (Açominas)		—	—	—	sem - subs. Siderbrás		Siderbrás - 60; go - 40	Produção de aço
14. Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita)	D. 17.596, 17/1/45	34.º	nf	49.º	sem - subs. BBN	552,1	BB - 93	Produção de aços especiais
15. Forjas Acesita S.A.	1974	—	—	—	sem - subs. Acesita	—	Acesita - 60; P - 40	Produção de forjados para a indústria automobilística e correlatos
16. Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização (Nibrasco)	1974	—	—	—	sem - col. CVRD	—	CVRD - 50,9	Produção de pelotas

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 500 maiores empresas			Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
		71	72	73				
17. Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização (Hispanobrás)	1974	—	—	—	sem - col. CVRD	—	CVRD - 50,8	Produção de pelotas
18. Companhia Italo-Brasileira de Pelotização (Itabrasco)	1974	—	—	—	sem - col. CVRD	72,2	CVRD - 50,8	Produção de pelotas
19. Aços Finos Piratini S.A. — MIC	L. 4.042, (tel. est. R S)	nf	nf	nf	sem	258,3	gf - 65	Produção de aço
20. Alumínio Brasileiro (Albrás)	1974	—	—	—	sem - col. CVRD	—	CVRD - 51	Mineração de bauxita e produção de alumínio
21. Valosul Alumínio S.A.	1976	—	—	—	sem - subs. CVRD	—	CVRD - 70	Produção de alumínio
22. Valetitânio Ltda.	1974	—	—	—	sem - subs. CVRD	—	CVRD - 100	Industrialização de concentrados de fosfato e titânio
23. Celulose Nipo-Brasileira S.A. (Cenibra)	1974	—	—	—	sem - col. CVRD	16,6	CVRD - 50,8	Fabricação de celulose
24. Fertilizantes Vale do Rio Grande S.A. (Valefertil)	1974	—	—	—	sem - subs. CVRD	—	CVRD - 100	Produção de fertilizantes
25. Petrobrás Química S.A. (Petroquisa)	D. 6.198, 28/12/67	30.º	53.º	53.º	sem - subs. Petrobrás	800,2	Petrobrás* - 51	Produção petroquímica
26. Petrobrás Fertilizantes S.A.	1976	—	—	—	sem - subs. Petrobrás	—	Petrobrás* - 51	Produção de fertilizantes
27. Ultrafertil S.A. Ind. e Com. de Fertilizantes	1965	nf	nf	nf	sem - subs. Petrofertil	57,4	Petrofertil* - 51	Produção petroquímica
28. Companhia Química de Recôncavo S.A. (CQR)	1974	—	—	—	sem - subs. Petroquisa	25,1	Petroquisa - 65,79	Produção petroquímica
29. Petrobrás Química Fertilizantes S.A. (Petrofertil)	1973	—	—	—	sem - subs. Petrobrás	—	Petrobrás - 99,99	Produção de fertilizantes
30. Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo)	1960	nf	nf	nf	sem - subs. Petroquisa	85,6	Petroquisa - 68,30	Produção de polibutadieno
31. Petroquímica do Nordeste Ltda. (Copene)	1972	—	—	—	sem - subs. Petroquisa	—	Petroquisa - 99,99	Coordenação do pólo petroquímico do Nordeste
32. Petroquímica União S.A.	1966	nf	nf	nf	Petroquisa sem - subs.	221,6	Petroquisa - 64,44	Produção petroquímica
33. Salgema Indústrias Químicas S.A.	1975	—	—	—	sem - col. Petroquisa	—	Petroquisa - 45 BNDE - 10	Produção de soda-cáustica e de cloro
34. Nitriflex Indústria e Comércio S.A.	1971	—	nf	nf	sem - subs. Petroquisa	67,0	Petroquisa - 70	Produção petroquímica

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 500 maiores empresas 71 — 72 — 73	Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
35. Companhia Nacional de Alcalis S.A. — MIC	DI. 5.684, 20/7/43	149.º 178.º 185.º	sem	133,4	gf* - 51	Produção de barreira
36. Companhia de Alcalis do Rio Grande do Norte S.A. (Aicanorte)	—	— — —	sem - subs. Cia. Nac. de Alcalis	—	Alcalis* - 51	Produção de barreira
37. Indústria Carboquímica Catarinense S.A. (ICC) — MME	DI. 631, 16/6/69	nf nf nf	sem	53,3	gf* - 51	Produção carboquímica
38. Usiminas Mecânica S.A. (Usimec)	1970	— — —	sem - subs. BNDE	—	—	Fabricação de estruturas metálicas e equipamentos para a indústria siderúrgica
39. Material Ferroviário S.A. (Mafersa)	—	— — —	sem - subs. BNDE	99,9	—	Material ferroviário
40. Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) — ME	L. 6.227, 14/7/75	— — —	ep - holding	—	gf* - 51	Holding da Indústria de armamentos
41. Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) — MAer	DI. 770 19/8/69	226.º 134.º 126.º	sem	222,0	gf* - 51	Fabricação de aviões
42. Companhia Eletromecânica (Celma) — MAer	D. 57.682, 28/1/66	nf nf nf	sem	21,9	gf* - 51	Equipamentos eletromecânicos e reparos de aviões
43. Nuclebrás Enriquecimento Isotópico S.A. (Nuclei)	D. 76.804, 16/12/75	— — —	sem - subs. Nuclebrás	—	Nuclebrás* - 51	Produção de urânio enriquecido
44. Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep)	D. 76.805, 16/12/75	— — —	sem - subs. Nuclebrás	—	Nuclebrás* - 51	Projeto, fabricação e comercialização de componentes pesados para usinas nucleares e projetos correlacionados

* A legislação referente a essas empresas estabelece que os titulares especificados não podem possuir percentagens menores que as indicadas, do capital com direito a voto.

abreviaturas usadas:

col. — empresa coligada	oep — outras empresas públicas
ass. — empresa associada	ep — empresa pública
subs. — empresa subsidiária	p — particulares
sem — sociedade de economia mista	cf — governo federal
	ge — governo estadual
	nf — não figura (pode situar-se em um dos seguintes grupos: a) empresa de menor porte; b) rentabilidade negativa durante o exercício; c) empresa bancária ou financeira).

Quadro 6

Setor de energia elétrica e nuclear

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 500 maiores empresas			Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
		71	72	73				
1. Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) — MME	L. 3.890-A, 25/4/61	nf	nf	nf	sem - holding	10.864,7	gf - 99,6	Holding do setor energético
2. Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas)	L. 2.994, 8/11/56	13.º	6.º	14.º	sem - subs. Eletrobrás	2.485,3	Eletrobrás - 97,2	Produção de energia elétrica
3. Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf)	D. 8.030, e 19.708, 3/10/45	16.º	15.º	14.º	sem - subs. Eletrobrás	2.200,0	Eletrobrás - 96,5	Produção de energia elétrica
4. Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul)	D. 64.395, 23/4/69	29.º	29.º	85.º	sem - subs. Eletrobrás	938,5	Eletrobrás - 95,2	Produção de energia elétrica
5. Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte)	D. 72.548, 30/7/73	—	—	—	sem - subs. Eletrobrás	—	Eletrobrás - 99,99	Produção de energia elétrica
6. Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escoisa)	1968	143.º	200.º	175.º	sem - subs. Eletrobrás	170,0	Eletrobrás - 89,5	Produção de energia elétrica
7. Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE)	L. 4.428, 14/10/64	63.º	117.º	94.º	sem - subs. Eletrobrás	244,2	Eletrobrás - 77,3	Produção de energia elétrica
8. Companhia de Eletricidade de Manaus (CEM)	L. 1.654, 28/7/52	317.º	357.º	nf	sem - subs. Eletrobrás	192,6	Eletrobrás - 76,5	Produção de energia elétrica
9. Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) — MI	1959	nf	nf	nf	sem	—	gf* - 51	Produção de energia elétrica
10. Sociedade Termoeletrica de Capivari S.A. (Sotelca)	L. 3.119, 31/3/57	nf	nf	nf	sem	—	—	Produção de energia elétrica
11. Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) — MME	L. 5.736, 22/11/71	nf	nf	nf	sem	37,4	gf - 66,7	Serviços a instituições vinculadas ao Ministério das Minas e Energia

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 500 maiores empresas	Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
		71 — 72 — 73				
12. Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (Nuclebrás) — MME	L. 6.189, 16/12/74	—	sem	101,7	gr* - 51	Prospecção e exploração de minerais nucleares, desenvolvimento tecnológico, construção e operação de usinas
13. Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron) — MI	L. 5.523, 4/11/68	nf	nf	—	—	Produção de energia elétrica
14. Centrais Elétricas de Roraima S.A. (COR) — MI	L. 5.523, 4/11/68	nf	nf	—	—	Produção de energia elétrica

* A legislação referente a essas empresas estabelece que os titulares especificados não podem possuir percentagens menores que as indicadas, do capital com direito a voto.

abreviaturas usadas:

col.	—	empresa coligada	oep	—	outras empresas públicas
ess.	—	empresa associada	ep	—	empresa pública
suba.	—	empresa subsidiária	p	—	particulares
sem	—	sociedade de economia mista	gf	—	governo federal
			ga	—	governo estadual
			nf	—	não figura (pode situar-se em um dos seguintes grupos: a) empresa de menor porte; b) rentabilidade negativa durante o exercício; c) empresa bancária ou financeira).

Quadro 7

Setor de comunicações

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 500 maiores empresas			Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
		71	72	73				
1. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) — MC	DI. 509, 20/3/69	nf	nf	nf	ep	1.072,0	gf - 100	Serviços postais e telegráficos
2. Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) — MC	L. 5.792, 11/7/72	—	—	181.º	sem holding	4.123,3	gf* - 51	Holding do setor de telecomunicações, planejamento
3. Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (Embratel)	L. 4.117, 7/8/62	8.º	8.º	5.º	sem - subs. Telebrás	3.543,3	Telebrás - 50,21	Redes-tronco de telecomunicações, comunicações com o exterior
4. Telecomunicações de Rondônia S.A. (Teleron)	1973	—	—	—	sem - subs. Telebrás	—	Telebrás - 70	Telecomunicações estaduais
5. Telecomunicações do Acre S.A. (Teleacre)	1973	—	—	—	sem - subs. Telebrás	—	Telebrás - 75,55	Telecomunicações estaduais
6. Telecomunicações do Amazonas S.A. (Telamazon)	1965	nf	nf	nf	sem - subs. Telebrás	22,5	Telebrás - 52,91	Telecomunicações estaduais
7. Telecomunicações de Roraima S.A. (Telalma)	1973	—	—	—	sem - subs. Telebrás	—	Telebrás - 73,05	Telecomunicações estaduais
8. Telecomunicações do Pará S.A. (Telepará)	1972	—	—	nf	sem - subs. Telebrás	—	Telebrás - 53,21	Telecomunicações estaduais
9. Telecomunicações do Amapá S.A. (Teleamapá)	—	nf	nf	nf	sem - subs. Telebrás	—	Telebrás - 96,01	Telecomunicações estaduais
10. Telecomunicações do Maranhão S.A. (Telma)	1967	nf	nf	nf	sem - subs. Telebrás	—	Telebrás - 83,10	Telecomunicações estaduais
11. Telecomunicações do Piauí S.A. (Telepisa)	1973	—	—	—	sem - subs. Telebrás	—	Telebrás - 72,73	Telecomunicações estaduais
12. Telecomunicações do Ceará S.A. (Teleceará)	1971	—	nf	nf	sem - subs. Telebrás	—	Telebrás - 52,80	Telecomunicações estaduais
13. Telecomunicações do Rio Grande do Norte S.A. (Telern)	1964	nf	nf	nf	sem - subs. Telebrás	51,6	Telebrás - 59,58	Telecomunicações estaduais
14. Telecomunicações da Paraíba S.A. (Telpa)	1967	nf	nf	nf	sem - subs. Telebrás	—	Telebrás - 73,69	Telecomunicações estaduais
15. Telecomunicações de Pernambuco S.A. (Telpe)	1973	—	—	—	sem - subs. Telebrás	182,7	Telebrás - 55,70	Telecomunicações estaduais
16. Telecomunicações de Alagoas S.A. (Telasa)	1973	—	—	—	sem - subs. Telebrás	44,0	Telebrás - 97,08	Telecomunicações estaduais

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 600 maiores empresas	Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
		71 — 72 — 73				
17. Telecomunicações de Sergipe S.A. (Telergipe)	—	— — —	sem - subs. Telebrás	13,0	Telebrás - 85,47	Telecomunicações estaduais
18. Telecomunicações da Bahia S.A. (Telebahia)	1973	— — —	sem - subs. Telebrás	—	81,10	Telecomunicações estaduais
19. Telecomunicações de Minas Gerais S.A. (Telemig)	1973	75.º nf nf	sem - subs. Telebrás	460,4	65,98	Telecomunicações estaduais
20. Telecomunicações de São Paulo S.A. (Telesp)	1973	nf nf 9.º	sem - subs. Telebrás	4.521,0	48,20	Telecomunicações estaduais
21. Telecomunicações do Espírito Santo S.A. (Telesp)	D. 68.511, 15/4/71	nf nf nf	sem - subs. Telebrás	107,0	83,76	Telecomunicações estaduais
22. Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. (Telorj)	1972	— — nf	sem - subs. Telebrás	4.094,0	42,17	Telecomunicações estaduais
23. Telecomunicações de Santa Catarina S.A. (Teleesc)	1974	— nf nf	sem - subs. Telebrás	—	87,85	Telecomunicações estaduais
24. Companhia de Telecomunicações do Paraná (Telepar)	1963	nf 80 86.º	sem - subs. Telebrás	203,5	62,50	Telecomunicações estaduais
25. Companhia de Telecomunicações do Mato Grosso S.A. (Telemat)	1973	— — —	sem - subs. Telebrás	38,4	88,82	Telecomunicações estaduais
26. Companhia de Telecomunicações de Brasília S.A. (Telebrasil)	1974	— — —	sem - subs. Telebrás	202,5	54,97	Telecomunicações estaduais
27. Companhia de Telecomunicações de Goiás S.A. (Telegoiás)	1968	nf nf nf	sem - subs. Telebrás	—	71,20	Telecomunicações estaduais
28. Companhia de Telecomunicações Aeronáuticas S.A. (Tasa) - MAer	D. 107, 16/1/67	nf nf nf	sem	—	gf* - 51	Serviços de apoio ao transporte aéreo
29. Empresa Brasileira de Radiodifusão S.A. (RADIOBRÁS) - MC	L. 6.301, 15/12/75	— — —	ep	—	gf* - 51	Radiodifusão

* A legislação referente a essas empresas estabelece que os titulares especificados não podem possuir percentagens menores que as indicadas, do capital com direito a voto.

abreviaturas usadas:

col. — empresa coligada
 ass. — empresa associada
 subs. — empresa subsidiária
 sem — sociedade de economia mista

oep — outras empresas públicas

ep — empresa pública

p — particulares

gf — governo federal

ge — governo estadual

nf — não figura (pode situar-se em um dos seguintes grupos: a) empresa de menor porte; b) rentabilidade negativa durante o exercício; c) empresa bancária ou financeira).

Quadro 8

Setor de transporte

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato n/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 500 maiores empresas			Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
		71	72	73				
1. Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (Lloyd Brasileiro) - MT	DI. 67, 21/11/68	43.º	35.º	83.º	sem	313,4	gf* - 51	Navegação marítima
2. Lloyd Libra Navegação S.A.	1973	—	—	—	sem - subs. Lloyd	—	Lloyd - 50	Navegação marítima
3. Cia. de Transportes Integrados Lloyd Brasileiro (Lloydbrail)	1973	—	—	—	sem - subs. Lloyd	—	Lloyd - 71,9	Navegação marítima
4. Vale do Rio Doce Navegação S.A. (Docenave)	1962	163.º	195.º	280.º	sem - subs. CVRD	149,0	CVRD - 96,6	Navegação marítima
5. Seamar Shipping Corporation	—	—	—	—	sem - subs. Docenave	120,0 (1974)	Docenave - 89	Navegação marítima
6. Empresa de Navegação da Amazônia S.A. (ENASA) - MT	D. 61.301, 6/9/67	nf	nf	nf	sem	51,5	gf - 100	Navegação fluvial
7. Companhia de Navegação do São Francisco (Franave) - MT	L. 2.599, 11/9/55	nf	nf	nf	sem	15,4	gf - 63,80 ge - 34	Navegação fluvial
8. Serviço de Navegação da Baía do Prata S.A. - MT	DI. 5.252, 16/2/43	nf	nf	nf	sem	44,0	gf* - 51	Navegação fluvial
9. Navegação Rio Doce Ltda.	1973	—	—	nf	sem - subs. CVRD	—	CVRD - 50	Navegação de cabotagem
10. Serviços de Transporte da Baía da Guanabara S.A. (STBG) - MT	DI. 152, 10/2/67	458.º	nf	nf	sem	38,7	gf* - 51	Navegação na baía da Guanabara
11. Portos Brasileiros S.A. (Portobrás) - MT	L. 6.222, 10/7/75	—	—	—	op - Holding	—	gf* - 51	Holding das empresas administradoras de portos
12. Companhia Docas da Guanabara	D. 72.439, 19/7/73	—	—	273.º	sem - subs. Portobrás	359,8	gf* - 51	Administração de portos
13. Companhia Docas da Bahia	—	nf	nf	nf	sem - subs. Portobrás	—	gf* - 51	Administração de portos
14. Companhia Docas do Ceará S.A. (CDCSA)	L. 4.213, 10/2/67	nf	nf	nf	sem - subs. Portobrás	30,7	gf* - 51	Administração de portos

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 500 maiores empresas			Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
		71	72	73				
15. Companhia das Docas do Pará (CDP)	DI. 155, 10/2/67	nf	nf	nf	sem - subs. Portobrás	59,8	gf* - 51	Administração de portos
16. Companhia Docas do Maranhão (Codomar)	D. 73.725, 4/3/74	—	—	—	sem - subs. Portobrás	—	gf* - 51	Administração de portos
17. Rede Ferroviária Federal S.A. (Refesa) - MT	L. 3.115, 16/3/57	5.º	7.º	352.º	sem	4.023,1	gf - 89,5 ep - 10,5	Transporte ferroviário
18. Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero) - MAer	L. 5.862, 12/12/72	—	—	nf	cp - Holding	—	gf* - 100	Holding das empresas administradoras de aeroportos
19. Aeroportos do Rio de Janeiro S.A. (Arsa)	L. 5.580, 25/5/70	nf	nf	nf	sem - subs. infraero	117,5	gf* - 51	Administração dos aeroportos da cidade do Rio de Janeiro
20. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot) MT	L. 5.908, 10/8/73	—	—	—	ep	—	gf - 100	Planejamento e projetos de transportes
21. Empresa Brasileira de Transportes Urbano (EBTU) - MT	L. 6.261, 14/11/75	—	—	—	sem	—	gf* - 51	Transportes urbanos
22. Nippon Brazil Bulkcarriers Ltd.	—	—	—	—	sem - subs. Docenave	—	—	Transporte marítimo

* A legislação referente a essas empresas estabelece que os titulares especificados não podem possuir percentagens menores que as indicadas, do capital com direito a voto.

abreviaturas usadas:

col. — empresa coligada	nep — outras empresas públicas
ass. — empresa associada	ep — empresa pública
subs. — empresa subsidiária	p — particulares
sem — sociedade de economia mista	nf — governo federal
	ne — governo estadual
	nf — não figura (pode situar-se em um dos seguintes grupos: a) empresa de menor porte; b) rentabilidade negativa durante o exercício; c) empresa bancária ou financeira).

Quadro 9

Setor de abastecimento, armazenamento e serviços agropecuários

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 500 maiores empresas			Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
		71	72	73				
1. Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) - MAGr	L. delegada 6, 26/9/62	nf	nf	nf	ep	538,2	gf - 100	Centrais de abastecimento, estoques reguladores, abastecimento
2. Central de Abastecimento de Alagoas S.A. (Ceasa/AL)	—	—	—	—	sem	—	Cobal* - 51	Centrais de abastecimento
3. Centrais de Abastecimento do Amazonas S.A. (Ceasa/AM)	1973	—	—	—	sem	24,4	Cobal* - 51	Centrais de abastecimento
4. Central de Abastecimento de Campinas S.A. (Ceasa/Campinas)	—	—	—	—	sem	37,0	Cobal* - 51	Centrais de abastecimento
5. Centrais de Abastecimento do Ceará S.A. (Ceasa/CE)	L. 9.448, 12/2/71 (lei est. - CE)	—	nf	nf	sem	8,9	Cobal* - 51	Centrais de abastecimento
6. Central de Abastecimento do Espírito Santo S.A. (Ceasa/ES)	L. 2.780, 11/7/73 (lei est. - ES)	—	—	—	sem	8,5	Cobal* - 51	Centrais de abastecimento
7. Central de Abastecimento de Goiás S.A. (Ceasa/GO)	—	—	—	—	sem	17,2	Cobal* - 51	Centrais de abastecimento
8. Central de Abastecimento do Grande Rio S.A. (Ceasa/Grande Rio)	—	—	—	—	sem	53,1	Cobal* - 51	Centrais de abastecimento
9. Central de Abastecimento do Maranhão S.A. (Ceasa/MA)	—	—	—	—	sem	—	Cobal* - 51	Centrais de abastecimento
10. Central de Abastecimento do Pará S.A. (Ceasa/PA)	—	—	—	—	sem	24,1	Cobal* - 51	Centrais de abastecimento
11. Centrais de Abastecimento da Paraíba S.A. (Ceasa/PB)	Escritura 19/1/73	—	—	—	sem	—	Cobal* - 51	Centrais de abastecimento
12. Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (Ceasa/PR)	Escritura 11/2/72	—	—	nf	sem	26,2	Cobal* - 51	Centrais de abastecimento
13. Central de Abastecimento de Pernambuco S.A. (Ceasa/PE)	—	—	—	—	sem	49,1	Cobal* - 51	Centrais de abastecimento
14. Central de Abastecimento do Rio de Janeiro S.A. (Ceasa/RJ)	—	—	—	—	sem	8,2	Cobal* - 51	Centrais de abastecimento

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato o/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 500 maiores empresas	Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
		71 — 72 — 73				
15. Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte S.A. (Ceasa/RN)	—	— — —	sem	8,3	Cobal* - 61	Centrais de abastecimento
16. Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (Ceasa/RS)	L. 5.996, 3/8/70 (lei est. - RS)	nf nf nf	sem	28,4	Cobal* - 61	Centrais de abastecimento
17. Centrais de Abastecimento do Estado de Sergipe S.A. (Ceasa/SE)	—	— — —	sem	—	Cobal* - 61	Centrais de abastecimento
18. Companhia Brasileira de Armazenamento (C.brazem) - MAg	L. delegada 7, 26/9/62	nf nf nf	ep	83,8	gf - 100	Depósitos, silos e frigoríficos
19. Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. (Agof)	D. 46.531, 30/7/59	nf nf nf	Refosa sem - subs.	22,3	Refosa* - 51	Depósitos e silos
20. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) - MAg	L. 5.851, 7/12/72	— — nf	ep	1.996,0	gf - 100	Pesquisa agropecuária
21. Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) - MAg	L. 5.895, 19/6/73	— — —	ep	—	gf - 100	Assistência técnica, extensão rural
22. Florestas Rio Doce S.A.	1967	— — —	sem - subs. CVRD	53,1	CVRD - 76,8	Reflorestamento
23. Florestal Acesita S.A.	1974	— — —	sem - subs. Acesita	11,2	Acesita - 99,9	Reflorestamento e produção de carvão vegetal

* A legislação referente a essas empresas estabelece que os titulares especificados não podem possuir percentagens menores que as indicadas, do capital com direito a voto.

abreviaturas usadas:

col. — empresa coligada	oep — outras empresas públicas
nsa. — empresa associada	ep — empresa pública
subs. — empresa subsidiária	p — particular
sem — sociedade de economia mista	gf — governo federal
	ge — governo estadual
	nf — não figura (pode situar-se em um dos seguintes grupos: a) empresa de menor porte; b) rentabilidade negativa durante o exercício; c) empresa bancária ou financeira).

Quadro 10

Setor de comércio

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 500 maiores empresas 71 — 72 — 73	Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais ações (%)	Atividade principal
1. Petrobrás Distribuidora S.A.	1972	nf 39.º 26.º	sem - subs. Petrobrás	578,6	Petrobrás* - 51	Comercialização de derivados de petróleo
2. Petrobrás Comércio Internacional S.A. (Interbrás)	1976	— — —	sem - subs. Petrobrás	—	Petrobrás - 99,99	Comércio exterior e produção fora do país
3. Rio Doce Europa S.A. (RDE)	1974	— — —	sem - subs. CVRD	—	CVRD - 99,99	Comercialização dos produtos da CVRD na Europa. Compra de equipamentos
4. Itabira Eisenerz G.m.b.H.	1984	nf nf nf	sem - subs. CVRD	—	CVRD - 99,99	Comercialização dos produtos da CVRD na Europa. Está em liquidação e seus bens estão sendo transferidos para a Rio Doce Europa S.A.
5. Itabira International Company Ltd. (Itaco)	1966	nf nf nf	sem - subs. CVRD	—	CVRD - 80	Comercialização dos produtos da CVRD nos EUA, compra de equipamentos

* A legislação referente a essas empresas estabelece que os titulares especificados não podem possuir percentagens menores que as indicadas, de capital com direito a voto.

Abreviaturas usadas: Veja quadro 4.

Quadro 11

Setor de serviços

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 600 maiores empresas				Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
		71	72	73					
1. Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) - MIC	DI. 65, 18/11/66	nf	nf	nf	ep		76,2	gf - 100	Promoção turística e financiamento ao turismo e hotelaria
2. Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) - MF	L. 4.518, 1/12/64	nf	nf	nf	ep		138,6	gf - 100	Processamento de dados do governo federal
3. Empresa de Processamento de Dados de Previdência Social (Dataprev) - MPAS	L. 6.125, 4/11/74	—	—	—	ep		—	gf - 100	Processamento de dados dos institutos da previdência social
4. Empresa de Reparos Navais Costeira S.A. (ERNCO) - MT	DI. 67, 21/11/66	285,0	nf	nf	ep		59,8	gf* - 51	Reparos navais
5. Empresa de Reparos Navais (Renave)	1974	—	—	—	sem		—	ep* - 51	Reparos navais e construção de estaleiros
6. Companhia Brasileira de Dragagem (CBD)	L. 4.213, 14/2/63	246,0	216,0	188,0	sem - subs. Petrobrás		—	Portobrás - 51	Dragagem
7. Companhia de Águas e Esgotos do Amapá - MI	DI. 490, 4/3/69	nf	nf	nf	sem		—	gf* - 51	Água e esgoto
8. Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - MI	LI. 490, 4/3/69	nf	nf	nf	sem		—	gf* - 51	Água e esgoto
9. Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer) - MI	DI. 490, 4/3/69	nf	nf	nf	sem		—	gf* - 51	Água e esgoto
10. Casa da Moeda do Brasil (CMB) - MF	L. 5.895, 19/6/73	—	—	—	ep			gf - 100	Cunhagem de moeda e impressão de selos

* A legislação referente a essas empresas estabelece que os titulares especificados não podem possuir percentagens menores que as indicadas, do capital com direito a voto.

Abreviaturas usadas: veja quadro 4.

Quadro 12

Setor de construção

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
1. Companhia Brasileira de Projetos Industriais (Cobrapl)	1963	sem - subs. CSN	102,0	CSN - 92,99	Projeto e construção de obras referentes ao complexo siderúrgico da CSN
2. Imobiliária Santa Cecília S.A. (Cecisa)	1964	sem - subs. CSN	8,4	CSN - 89,47	Projeto, construção e comercialização de habitações destinadas de preferência ao pessoal da CSN
3. Empresa de Engenharia Ferroviária S.A. (Engefer)	D. 74.242, 28/6/74	sp - subs. Refesa	—	Refesa - 100	Projeto, supervisão e construção de obras ferroviárias
4. Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais (Ecex) - MT	D. 72.961, 19/10/73	ep	177,0	gf* - 51	Projeto, supervisão e construção de obras públicas do governo federal
5. Valenorte - Serviços de Engenharia Ltda.	1974	sem - subs. CVRD	—	CVRD - 51	Serviços de engenharia para a CVRD
6. Rio Doce - Engenharia e Planejamento S.A.	1974	sem - subs. CVRD	—	CVRD - 99,9	Serviços de engenharia para a CVRD
7. Nuclebrás Engenharia S.A. (Nucien)	1975	sem - subs. Nuclebrás	—		Projeto, supervisão e construção de centrais nucleares

* A legislação referente a essas empresas estabelece que os titulares especificados não podem possuir percentagens menores que as indicadas, do capital com direito a voto.

Abreviaturas usadas: veja quadro 4.

Nota: No presente Quadro não se inclui a coluna "Classificação entre as 500 maiores empresas", uma vez que nenhuma das empresas acima se enquadra entre elas.

Quadro 13
Outras atividades

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
1. Banco do Brasil S.A. BB - MF	D. 1.455, 30/12/05	sem	12.359,4 10.333,7	gf* - 51	Bancária
2. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) - SP1	D. 7.371, 1/3/72	ep		gf - 100	Financiamento de projetos de desenvolvimento
3. Banco Nacional de Habitação (BNH) - MI	L. 4.380, 21/8/64	ep	—	gf - 100	Financiamento de moradias
4. Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) - MAg	L. 1.412, 13/8/51	sem	133,0	gf* - 51	Bancária, de crédito cooperativo
5. Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) - MI	L. 1.649, 19/7/52	sem	4.449,1	gf - 70 p - 25,8	Bancária
6. Banco da Amazônia S.A. (BASA) - MI	L. 5.122, 28/9/66	sem	531,0	gf* - 51	Bancária
7. Banco de Roraima S.A. - MI	L. 5.476, 24/7/68	sem	2,6	gf* - 51	Bancária
8. Caixa Econômica Federal (CEF) - MF	DI. 759, 12/8/69	ep	5.110,0	gf - 100	Caixas de poupança e outras
9. Financiadora de Estudos e Projetos S.A. (FINEP) - SP1	D. 81.056, 24/7/67	ep	150,6	gf - 100	Estudos de programas e projetos de desenvolvimento econômico e para a tecnologia nacional
10. Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame)	L. 5.662, 21/6/71	ep - subs. BNDE		BNDE - 100	Financiamento Industrial
11. Mecânica Brasileira S.A. (Embramec)	1974	sem - subs. BNDE	—	BNDE - 100	Financiamento para indústria de equipamentos
12. Financiadora de Insumos Básicos S.A. (Fibase)	1974	sem - subs. BNDE	—	BNDE - 100	Financiamento para indústria de insumos básicos

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
13. Investimentos Brasileiros S.A. (Ibrasa)	1974	sem - subs. BNDE	—	BNDE - 100	Financiamento industrial
14. Companhia de Investimentos Árabe-Brasileira (Abico)	1975	sem	—	BNDE + BB - 50	Investimentos
15. Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) - MIC	L. 1.186, 3/4/39	sem	—	gf* - 51	Resseguros
16. Emissão e Planejamento de Seguros S.A. (Eplan)	1968	sem - subs. CSN	—	CSN - 41,66	Emissão de seguros
17. Sociedade Técnica de Administração e Corretagem de Seguros Ltda. (Sotecna)	1964	sem - subs. CSN	—	CSN - 66,96	Seguros
18. Federal de Seguros S.A. - MPAS	1969	sem	5,1	gf* - 51	Seguros
19. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) - MI	L. 6.088, 16/7/74	ep	—	gf - 100	Desenvolvimento econômico-social da região do vale do rio São Francisco
20. Rio Doce Geologia e Mineração S.A. (Docegeo)	1971	sem - subs. CVRD	—	CVRD - 99,9	Prospecção de minério
21. Empresa Brasileira de Filmes S.A. (Embrafilme) - MEC	DI. 862, 12/9/63	sem	25,3	gf* - 51	Produção cinematográfica, financiamento à indústria cinematográfica e comercialização
22. Empresa Digital Brasileira (Digibrás)	1974	sem - subs. BNDE	—	BNDE - 62,8	Condenação do sistema de computadores e promoção da indústria de computação

* A legislação referente a essas empresas estabelece que os titulares especificados não podem possuir percentagens menores que as indicadas, do capital com direito a voto.

Abreviaturas usadas: veja quadro 4.

Nota: Deste quadro não consta a coluna "Classificação entre as 500 maiores empresas" porque as empresas do setor financeiro não estão incluídas nessa classificação e as demais dela não constam.

Quadro 14

Principais empresas públicas estaduais classificadas entre as 100 maiores empresas do Brasil

Nome da empresa e vinculação ministerial	Ato e/ou data de criação ou incorporação ao setor público	Classificação entre as 500 maiores empresas 71 — 72 — 73			Forma jurídica	Patrimônio líquido (milhões de Cr\$) 1973	Principais acionistas (%)	Atividade principal
1. Centrais Elétricas de São Paulo S.A. (Cesp)	Dec. da União, 23/12/66	2.º	2.º	2.º	sem - ass. Eletrobrás	12.603,9	ge SP - 86,4	Produção de eletricidade
2. Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (Cemig)	L. 510, 30/11/49 (lei est. - MG)	12.º	14.º	15.º	sem - ass. Eletrobrás	2.032,2	ge MG - 60	Produção de eletricidade
3. Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel)	L. 1.384, 10/11/53 (lei est. - PR)	26.º	24.º	21.º	sem - ass. Eletrobrás	1.343,5	ge PR - 80,4	Produção de eletricidade
4. Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Cesesc)	1956	87.º	78.º	76.º	sem - ass. Eletrobrás	285,3	ge SC - 60	Produção de eletricidade
5. Companhia de Eletricidade de Pernambuco (Celpe)	1965	71.º	59.º	78.º	sem - ass. Eletrobrás	361,5	ge PE - 97	Produção de eletricidade
6. Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Dersa)	1969	35.º	nf	72.º	sem	964,0	ge SP - 91	Construção e manutenção de auto-estradas
7. Viação Aérea de São Paulo S.A. (Vasp)	1935	84.º	nf	93.º	sem	267,0	ge SP - 97,22	Transporte aéreo
8. Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)	1973	nf	nf	42.º	sem	2.977,4	ge SP* - 51	Águas, esgotos e saneamento
9. Companhia Rio-grandense de Saneamento (Corsan)	1965	66.º	86.º	102.º	sem	255,9	ge RS - 99,99	Águas, esgotos e saneamento
10. Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL)	1912	18.º	21.º	29.º	sem	904,4	ge SP* - 51	Produção de eletricidade

* A legislação referente a essas empresas estabelece que os titulares especificados não podem possuir percentagens menores que as indicadas, do capital com o direito a voto.

ciativas. Por isso, a própria iniciativa privada brasileira reconhece a importância que a oferta de aço por parte do setor público representa para a economia do país.

4.1.1 Siderúrgica Brasileira S.A. — Siderbrás

Criada em 17 de setembro de 1973 (Lei nº 5.919) a Siderbrás estava destinada a administrar o capital estatal dos novos projetos siderúrgicos, com exceção daqueles pertencentes a empresas já existentes no momento de sua criação. Essa a razão pela qual a ela se chamou a "*holding* do futuro".

A Lei nº 6.159, de 6 de dezembro de 1974, modificou a lei de criação da Siderbrás, ampliando seus objetivos e destinando-a a exercer o controle acionário de todas as empresas siderúrgicas de propriedade do governo federal ou de entidades da administração federal indireta, as quais passarão à condição de subsidiárias da Siderbrás. Esta pode, também, criar outras subsidiárias e associar-se minoritariamente a empresas privadas do setor siderúrgico.

Como consequência dessa lei, o governo federal transferiu à Siderbrás, em abril de 1975, sua participação majoritária na Companhia Siderúrgica Nacional.

O presidente da Siderbrás é designado pelo presidente da República.

4.1.2 Companhia de Desenvolvimento Siderúrgico — Codesid

Foi constituída por escritura pública de 5 de fevereiro de 1974 e é subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Está destinada a coordenar o trabalho das empresas siderúrgicas cujo controle acionário pertence a esse banco, e a programar sua integração à Siderbrás. Atualmente estão subordinadas a ela as seguintes empresas, nas quais o BNDE possui as percentagens que se indicam:

Usiminas:	73,625% (Nippon Usiminas — 18,577%)
Cosipa:	95,5%
Cofavi:	93%

4.1.3 Companhia Siderúrgica Nacional S.A. — CSN

A CSN foi instalada em 9 de abril de 1941, em plena guerra mundial. Nesse dia realizou-se a Assembléia Geral Constitutiva mas sua criação estava decidida desde 3 de março de 1940, data em que Getúlio Vargas assinou o Decreto-lei nº 2.054, que criava a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. Começou, então, a construção do complexo industrial de Volta Redonda.

A CSN é subsidiária da Siderbrás e possui, por sua vez, várias subsidiárias por cuja supervisão é responsável o Vice-Presidente das Subsidiárias. O Vice-Presidente de Finanças exerce, entre outras funções, o controle financeiro das mesmas.

As subsidiárias, criadas ou adquiridas pela CSN, são as seguintes:

— Sociedade Carbonífera Próspera

Exploração de minas de carvão e produção de carvão siderúrgico e carvão vapor. Adquirida pela CSN, que possui 83,16% de seu capital, conta com uma pequena subsidiária própria — a Companhia de Força e Luz de Criciúma.

— Lavador de Capivari S.A.

Beneficiadora de carvão para sua utilização pelas empresas siderúrgicas. Criada pela CSN, que possui 99,46% de seu capital.

— Óleos de Palma S.A. Agro-Industrial — Opalma

Importadora de caroço de dendê, cultiva e promove sua plantação por terceiros, produz azeite de dendê e o comercializa. Adquirida pela CSN, que possui 71,55% de seu capital votante.

— Companhia Brasileira de Projetos Industriais — Cobrapi

Empresa de engenharia especializada em siderurgia. Executa os projetos de expansão da CSN e elabora projetos para outras empresas siderúrgicas. Criada pela CSN, que possui 92,99% de seu capital, foi anunciada sua subordinação direta à Siderbrás para elaborar todos os projetos de engenharia da *holding*.

— Imobiliária Santa Cecília S.A. — Cecisa

Administra os imóveis residenciais e não-residenciais da CSN, promove a venda de casas de Volta Redonda a seus moradores. Criada pela CSN, que possui 99,47% de seu capital.

— Sociedade Técnica de Administração e Corretagem de Seguros Ltda. — Sotecna

Corretora e administradora de seguros. Criada pela CSN, que possui 86,96% de seu capital. Também participam de seu capital a Sociedade Carbonífera Próspera (5%), a Cobrapi (3%) e a Caixa Beneficente dos Empregados da CSN (5%).

— Emissão e Planejamento de Seguros S.A. — Eplan

Emissão de seguros. Criada pela CSN, que possui 83,33% de seu capital com direito a voto.

— Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes — Cosim

Produção siderúrgica. Apesar de ser subsidiária da CSN, que possui 100% de seu capital com direito a voto, constitui um caso de subsidiária criada por lei como sociedade de economia mista. Possui, por sua vez, uma subsidiária: a Carbonífera Barro Branco S.A.

Os demonstrativos financeiros das empresas subsidiárias são examinados por auditores autônomos.

A CSN possui participação financeira em várias outras empresas públicas e privadas. Possui, por exemplo, 25% do capital da Companhia Industrial Fluminense (CIF).

A CSN possui escritórios em Nova Iorque e em Independence, Ohio, nos EUA, e em Tóquio, Japão.

4.2 Setor de mineração de minérios de ferro

Desde o governo Artur Bernardes (1918-1922) o poder público tem desestimulado a execução de projetos de extração de ferro por parte de investidores privados estrangeiros.

A empresa inglesa Itabira Iron transformou-se na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), quando o governo brasileiro desapropriou as ações de súditos ingleses, com a autorização do governo britânico contida nos acordos de Washington de 1942.

Esta área nunca esteve fechada à iniciativa privada nacional que hoje se destaca com grandes investimentos em Águas Claras, ao lado de outras de menor porte.

4.2.1 Companhia Vale do Rio Doce — CVRD

Criada pelo Decreto-lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942, a CVRD não demorou em converter-se num gigantesco complexo produtivo que vai desde a exploração das minas até a industrialização do ferro, passando pelo sistema de transporte ferroviário, as instalações portuárias e os navios necessários a suas operações.

Seus anais registram a atuação de um de seus presidentes, o engenheiro Eliezer Baptista da Silva, que a dotou de uma organização moderna e eficiente. Seu capital é da ordem de Cr\$ 4.011.560.000,00 e seu crescimento foi enorme nos exercícios de 1974 e 1975, como revelam os demonstrativos do quadro 15.

Em 1974 passou a ocupar o primeiro lugar no mundo como empresa exportadora de ferro.

A CVRD participa com mais de Cr\$ 50 milhões do capital de outras empresas de diversos setores, tais como a Usiminas, a Cemig, a Usiba, Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais, Telebrás, Embratel, CAEEB, Cosipa, CSN, Escelsa, Frigonorte, Embracel e CPRM e outras em fase de implantação como, por exemplo, a Companhia Siderúrgica de Tubarão.

São subsidiárias da CVRD:

— Vale do Rio Doce Navegação S.A. — Docenave

Seu objetivo é o transporte naval a granel, em geral, e particularmente o transporte de parte do minério de ferro vendido pela CVRD, que possui 96,6% de seu capital. Conta com subsidiárias no exterior, que serão comentadas no capítulo referente à atuação internacional.

— Mineração Vale do Paranaíba S.A. — Valep

Destina-se à exploração de minas de fosfato e titânio. A CVRD possui

Quadro 15

Crescimento da Companhia Vale do Rio Doce (1973-1975)

	1973	1974	1975	Diferença relativa	
	(em milhões de Cr\$)			1973/74	1974/75
Lucro líquido	804,2	1.212,4	1.683,3	+ 51%;	+ 39%
Patrimônio líquido	3.323,7	4.574,8	6.979,9	+ 38%;	+ 53%
Margem de lucratividade — % (lucro líquido sobre receitas)	35%	32%	30%		
Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido — % (margem de lucratividade multiplicada pelo capital de giro)	24%	27%	24%		
Lucro por ação (lucro líquido sobre capital social)	0,34	0,39	0,42		

98,6% do seu capital. O restante é de propriedade da Companhia Itoh, do Japão. Até 1974 denominou-se Rio Doce Titânio S.A. — Titansa.

— Florestas Rio Doce S.A.

Seu objetivo é a produção de matéria-prima para a celulose, para o que mantém plantações. No ano agrícola de 1974/1975 plantou 92,5 milhões de árvores, em sua maioria eucaliptos. Ao mesmo tempo mantém 5% de suas terras com matas naturais para preservação da flora local. A CVRD possui 21,1% de seu capital total e 76,8% do capital com direito a voto. Durante 1974 a Florestas Rio Doce S.A. incorporou a subsidiária da CVRD denominada Rio Doce Madeiras S.A. — Docemade.

— Navegação Rio Doce Ltda.

Tem por objetivo o transporte de cabotagem. A CVRD possui 50% do seu capital, sendo os restantes 50% de propriedade da Docenave.

— Rio Doce Europa S.A.

Criada em 1974, destina-se à comercialização dos produtos da CVRD na Europa e à compra de equipamentos no mesmo mercado. Tem sua sede em Bruxelas. A CVRD possui 99,9% de seu capital.

— Rio Doce Geologia e Mineração S.A. — Docegeo

Criada em 1971, tem por objetivo a prospecção geológica. A CVRD possui 99,9% de seu capital.

— Empresa Hidro-Elétrica Lutzow S.A.

A CVRD possui 80% de seu capital. Encontra-se atualmente em processo de liquidação.

— Rio Doce Engenharia e Planejamento S.A. — RDEP

A CVRD possui 99,9% de seu capital. Tem por finalidade projetar e construir instalações industriais para a CVRD.

— Itabira Internacional Co. Ltd. — Itaco

A CVRD possui 99,9% de seu capital. Destina-se à comercialização dos produtos da CVRD no mercado norte-americano e à aquisição de equipamentos. Sua sede está situada em New Providence, ilhas Bahamas, e conta com uma agência em Nova Iorque.

— Itabira Eisenerz G.m.b.H.

A CVRD possui 80% do capital acionário. Sua finalidade é a mesma da Rio Doce Europa S.A. Encontra-se em liquidação e seus bens estão sendo transferidos para essa empresa. Sua sede está localizada em Dusseldorf, na República Federal Alemã.

— Fertilizantes Vale do Rio Grande S.A. — Valefértil

Empresa-piloto criada em 1974 para a extração e beneficiamento de fosfato e titânio.

— Valentitânio Ltda.

Empresa-piloto criada em 1974 para a industrialização de concentrados de fosfato e titânio.

— Valuec

Sociedade formada pela Rio Doce Engenharia e Planejamento S.A. (50%) e a U.S. Engineering Consultory (50%).

— Caraca Ferro e Aço S.A.

Jazidas de ferro adquiridas em 1975. A CVRD possui 99,9% do capital.

— Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social — Valia

Trata-se de pessoa jurídica sem fins lucrativos destinada a suplementar, aos empregados da CVRD e suas subsidiárias, os benefícios concedidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social, especialmente aposentadoria e pensões.

São empresas coligadas da CVRD, todas em fase pré-operacional:

1. Amazônia Mineração S.A. — AMZA
2. Cia. Nipo-Brasileira de Pelotização — Nibrasco
3. Cia. Hispano-Brasileira de Pelotização — Hispanobrás
4. Cia. Ítalo-Brasileira de Pelotização — Itabasco
5. Celulose Nipo-Brasileira S.A. — Cenibra
6. Empreendimentos Florestais S.A. — Flonibra
7. Mineração Rio do Norte S.A.
8. Itavale Ltda.
9. Valenorte — Serviços de Engenharia Ltda.

As oito primeiras serão descritas no item 5.6.3. A nona destina-se a serviços de engenharia e a CVRD possui 51% de seu capital.

4.3 Petróleo

A história do petróleo no Brasil pode ser dividida em três etapas.⁵

Na primeira, que vai até 1938, a exploração desse hidrocarboneto esteve a cargo de órgãos públicos e da iniciativa privada.

Por decreto imperial nº 3.352-A, de 30/11/1864, o cidadão inglês Thomas Denny Sargent recebeu a primeira concessão para prospecção e extração de petróleo no Brasil, no município de Camanu (BA). Entretanto, e que atraiu Sargent foi o xisto betuminoso da região e não o petróleo. Posteriormente, já no final da época imperial, foram outorgadas outras concessões, muitas delas revalidadas depois da Proclamação da República.

Foi só entre 1892 e 1896 que se realizou a primeira sondagem profunda (488 m). Eugênio Ferreira de Camargo perfurou um poço no morro de Bofete (SP) de onde surgiu apenas água sulfurosa.

Entre 1919 e 1939, paralelamente à exploração realizada por particulares, começam a ser feitas sondagens pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e pelo governo do estado de São Paulo.

A primeira prospecção sob a responsabilidade do governo federal foi realizada em Marechal Mallet (PR). Começou em 18 de agosto de 1919 e terminou no ano seguinte.

Com o correr do tempo, foi-se solidificando a idéia de que poderia haver petróleo em outras regiões do país. Foram iniciados, em consequência, trabalhos exploratórios nos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas e na região amazônica. As prospecções eram realizadas quase exclusivamente por órgãos oficiais.

Em 1925 os trabalhos realizados no estado do Amazonas, perto da localidade de Bom Jardim, revelaram vestígios de petróleo e gás natural. Com esse gás foi instalado nessa localidade o primeiro sistema de iluminação a gás natural do Brasil.

A segunda etapa caracteriza-se pela criação, através do Decreto-lei nº 395, de 29 de abril de 1938, do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), ao qual se atribuiu a exploração petrolífera, em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral, órgão do Ministério da Agricultura. Ocorreu, além disso, outro acontecimento importante: a nacionalização, pelo Decreto-lei nº 366, de 11 de abril de 1938, das jazidas de hidrocarbonetos líquidos ou gasosos. A indústria petrolífera continuou, entretanto, entregue à iniciativa privada.

O fato decisivo na busca do petróleo ocorreu em 21 de janeiro de 1939, quando pela primeira vez apareceu petróleo na localidade de Lobato, perto de Salvador (BA). Essa descoberta abriu o caminho para a indústria nacional do petróleo. O CNP não abandonou os trabalhos que executava

⁵ Cf. Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás. *O mundo fabuloso do petróleo*. Rio de Janeiro, 1974. p. 48-9.

em outros pontos do país à época em que novos campos petrolíferos eram descobertos na área produtora da Bahia.

A terceira etapa, que perdura até nossos dias, é a do monopólio estatal estabelecido em 3 de outubro de 1953 com a criação da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, pela Lei nº 2.004, sancionada durante o mandato de Getúlio Vargas. A instalação da nova empresa verificou-se em 10 de maio de 1954.

A indústria petrolífera brasileira é monopólio do Estado, de acordo com o Art. 169 da Constituição Nacional de 1967. O monopólio é exercido através de dois órgãos: o CNP, órgão de orientação, fiscalização e de fixação de preços dos derivados de petróleo, subordinado ao Ministério das Minas e Energia e a Petrobrás S.A., órgão executivo.

Assim, cabe ao governo a responsabilidade exclusiva da prospecção, extração, refino e transporte do petróleo cru e derivados de produção nacional, assim como de gases raros. Posteriormente, o monopólio estendeu-se à importação, permanecendo a petroquímica e a distribuição de derivados em regime de livre concorrência.

Ao ser promulgada a Lei nº 2.004 foram respeitadas as autorizações concedidas anteriormente pelo CNP para a construção e operação de refinarias privadas, porém sem permitir sua ampliação. Algumas passaram posteriormente para a Petrobrás. Atualmente só há três refinarias privadas (Manguinhos, Ipiranga e Riograndense).

4.3.1 Organização da Petrobrás

A Petrobrás é uma sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, cujo capital está dividido em dois tipos de ações: a) ordinárias, nominativas, com direito a voto, e b) preferenciais, nominativas ou ao portador, em ambos os casos sem direito a voto. As ações preferenciais não são conversíveis em ordinárias e vice-versa. As preferenciais têm prioridade no caso de reembolso de capital e gozam de um mínimo de 5% na distribuição de dividendos.

A compra das ações é realizada através de subscrição, quando convocada pela Petrobrás, ou em qualquer época, através das sociedades corretoras, nas Bolsas de Valores que integram o Mercado Nacional de Títulos.

Para ser acionista da Petrobrás é mister cumprir alguns requisitos.

Na categoria de ações ordinárias só são admitidos como acionistas:

- a) pessoas jurídicas de direito público interno;
- b) o Banco do Brasil, o BNDE e demais órgãos da administração federal indireta, assim como as sociedades de economia mista criadas pelos estados ou municípios e que, em consequência de disposição legal, estão sob controle permanente do poder público;
- c) os brasileiros, natos ou naturalizados, salvo quando casados com estrangeiros em regime de comunhão de bens ou qualquer outro sistema que

permita a comunicação de patrimônio. Para esta categoria a aquisição de ações ordinárias é limitada a 0,1% do capital com direito a voto;

d) as pessoas jurídicas de direito privado interno, compostas apenas por pessoas indicadas no item c. Para esta categoria, a aquisição de ações ordinárias está limitada a 0,1% do capital com direito a voto.

Na categoria de ações preferenciais não há restrições quanto à admissão de acionistas.

a) Capital e acionistas principais:

Em 15 de agosto de 1974 a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas autorizou a elevação do capital da empresa, passando de Cr\$ 7.132.442.342,00 para Cr\$ 10.239.694.724,00, mediante incorporação do total da reserva para manutenção do capital de giro próprio e da parcela de correção monetária do ativo, além de outros itens menores.

O capital até essa data estava assim constituído: ações ordinárias — Cr\$ 6.697.717.294,00; ações preferenciais — Cr\$ 434.725.048,00. O governo federal conta com 80% das ações com direito a voto (ordinárias).

A participação dos acionistas no capital realizado em 31.12.73 era a seguinte:

Governo Federal	—	77,3%
Estados e Distrito Federal	—	4,3%
Municípios	—	1,5%
Outras entidades de direito público	—	2,3%
Pessoas de direito privado	—	14,6%

O número de acionistas subiu 13,2% em 1974, passando de 102.407 para 115.598. O faturamento em 1974 chegou a Cr\$ 39.230.871.000,00 e o lucro líquido foi de Cr\$ 3.296.893.000,00.

b) Regime tributário:

A Petrobrás paga os impostos que compõem o Sistema Tributário Brasileiro. Dada sua condição de órgão executor do monopólio estatal do petróleo, a Petrobrás goza de um regime especial para o pagamento de determinados tributos na área federal. Os impostos federais instituídos pela Lei nº 4.287, de 31/12/63 (imposto de renda sobre o resultado de suas atividades, imposto sobre produtos industrializados — IPI — sobre os bens importados, imposto sobre a importação e impostos arrecadados pelo governo nacional nos territórios federais) são destinados a um fundo de reserva para investimentos ou para atender a constituição e aumento de capital das subsidiárias da Petrobrás.

As taxas e impostos estaduais e municipais são pagos normalmente, sem qualquer privilégio.

c) Origem dos recursos:

Conforme o balanço do exercício de 1974 os recursos provenientes de suas operações alcançaram 48,9%; os derivados de financiamentos no país e no exterior alcançaram 37,7% e os provenientes de outras fontes (legislação própria e imposto único para aumento de capital) chegaram a 13,4%.

d) Pesquisa tecnológica:

Realiza-se através do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (Cenpes) cujas novas instalações na Cidade Universitária (Ilha do Fundão, Rio de Janeiro) foram inauguradas em 1973.

São subsidiárias da Petrobrás:

— Petrobrás Química S.A. — Petroquisa

Capital autorizado: Cr\$ 1.200.000.000,00. Subscrito e integralizado: Cr\$ 600.000.000,00. Foi criada pelo Decreto nº 61.981, de 28 de dezembro de 1967, para dinamizar as atividades petroquímicas no país. No início só produzia borracha sintética e fertilizantes. Hoje fabrica também petrolátex, enxofre, amônia, ácido nítrico, nitrato de amônia, nitricálcio, borracha sintética, resinas EPE e butadieno. A Petroquisa possui, por sua vez, várias subsidiárias e coligadas que são detalhadas no gráfico que acompanha a explicação do pólo petroquímico do Nordeste (item 5.6.2).

— Petrobrás Internacional S.A. — Braspetro

Capital: Cr\$ 200.000.000,00. Criada em 5 de abril de 1972 com o objetivo de promover a exploração de áreas petrolíferas fora do território nacional, para o fornecimento de matéria-prima às refinarias brasileiras, em condições favoráveis para a economia do país. A descrição detalhada das atividades da Braspetro encontra-se no capítulo referente à ação internacional.

— Petrobrás Distribuidora S.A.

Capital: Cr\$ 400.000.000,00. Criada em 8 de novembro de 1971 para dar maior flexibilidade à distribuição e comercialização de derivados do petróleo. A atividade de distribuição começou em 1963, durante a construção de Brasília. Atualmente a Petrobrás Distribuidora lidera o mercado nacional de distribuição de derivados, do qual participa com 35%. Em fins de 1974 contava com 2.258 postos de serviço, 56 de sua propriedade e o restante de propriedade de concessionários.

— Petrobrás Fertilizantes S.A.

A área de fertilizantes estava sob a jurisdição da Petroquisa. Em princípio de 1976 foi criada esta empresa, com o objetivo de gerir as empresas subsidiárias produtoras de fertilizantes.

— Petrobrás Comércio Internacional S.A. — Interbrás

Constituída em 19 de fevereiro de 1976 como um desmembramento da Braspetro, mas com objetivos diferentes, atuará como *trading company* e também como produtora de matérias-primas e industrializadora. Pode desenvolver essas atividades tanto no Brasil como no exterior.

4.3.2 Regime das subsidiárias

Em termos gerais, as subsidiárias estão sujeitas às seguintes normas, se bem que haja variações em seus estatutos.

A participação da Petrobrás não pode ser inferior a 51% do capital com direito a voto.

As subsidiárias são administradas por uma diretoria executiva, cujo presidente é o presidente da Petrobrás, enquanto que o vice-presidente executivo e os demais diretores são indicados pelo Conselho de Administração da Petrobrás e nomeados pela Assembléia Geral de Acionistas da subsidiária. O presidente tem sobre as decisões da diretoria executiva o poder de veto fundamentado. O voto tem efeito suspensivo e prazo determinado para interposição, com recurso *ex officio* perante o Conselho de Administração da Petrobrás.

Os empregados são regidos pela legislação trabalhista.

4.3.3 Fundação Petrobrás de Seguridade Social — Petros

Dentro do esquema jurídico da Petrobrás deve-se citar esta fundação, criada em 1973 com objetivos de previdência social e atividades assistenciais para o pessoal da Petrobrás e suas subsidiárias. Segundo seus estatutos é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Seus diretores são nomeados pelo Conselho de Administração da Petrobrás S.A.

4.4 Energia elétrica

O Ministério das Minas e Energia é responsável por todos os assuntos concernentes a energia, seja de origem hidráulica, térmica ou nuclear.

O órgão normativo do setor de energia elétrica é o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) que, entre outros assuntos, outorga concessões para a instalação de usinas e fixa as tarifas.

4.4.1 Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás

A Eletrobrás é a empresa *holding* do setor energético.

Sua criação foi decidida na década de 50, quase ao mesmo tempo que a da Petrobrás, mas só foi instalada e começou a funcionar em 11 de julho de 1962. Seus estatutos a definem como sociedade de economia mista destinada a promover o desenvolvimento de fontes energéticas.

Em 1973 houve uma profunda modificação no grupo Eletrobrás, constituído pelas concessionárias de serviços de energia elétrica, cujo controle acionário corresponde à Eletrobrás.

Durante esse ano foi estabelecida a nova política energética do governo federal. As diretrizes governamentais determinam que as empresas federais deverão, na medida do possível, restringir sua atuação às atividades de geração de energia elétrica e grandes sistemas de transmissão. A distribui-

ção de energia ficará, essencialmente, a cargo das concessionárias cujo controle acionário pertence aos governos estaduais. Estes, por sua vez, deverão absorver progressivamente os serviços de distribuição localizados nos respectivos estados, mediante a incorporação das empresas menores que atuam localmente.

Em cumprimento a estas diretrizes, várias empresas de distribuição, pertencentes ao governo federal, foram transferidas, entre 1973 e 1975, ao patrimônio dos estados. Em consequência, atualmente o Grupo Eletrobrás está composto por oito subsidiárias: quatro de âmbito regional, dedicadas às atividades de geração, transmissão e venda de energia elétrica por atacado e quatro de âmbito local, uma delas já em extinção.

O primeiro subgrupo é integrado pelas seguintes subsidiárias: Furnas, Chesf, Eletrosul e Eletronorte. O segundo é formado por CEM, Escelsa, CBEE e CPE. Esta última encontra-se em processo de liquidação. A atividade de distribuição foi transferida em 1972 à CEEE, do Rio Grande do Sul.

O quadro 16 cita as empresas subsidiárias e associadas da Eletrobrás.

Quadro 16

Subsidiárias e associadas da Eletrobrás

Subsidiárias

Furnas	Furnas — Centrais Elétricas S.A.
Chesf	Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco
Eletrosul	Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
CEM	Companhia de Eletricidade de Manaus
Escelsa	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.
CBEE	Companhia Brasileira de Energia Elétrica S.A.
CPE	Companhia Pelotense de Eletricidade

Associadas

Ceal	Companhia de Eletricidade de Alagoas
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
Celesc	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Celetramazon	Centrais Elétricas do Amazonas S.A.
Celf	Centrais Elétricas Fluminenses S.A.
Celg	Centrais Elétricas de Goiás S.A.
Celpa	Centrais Elétricas do Pará S.A.
Celpe	Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.
Cemar	Centrais Elétricas do Maranhão S.A.
Cemat	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.
Cemig	Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.
Cepisa	Centrais Elétricas do Piauí S.A.

Cesp	Centrais Elétricas de São Paulo S.A.
Coelba	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
Copel	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
Cosern	Companhia de Serviços Elétricos do R. G. do Norte
Energipe	Empresa Distribuidora de Energia em Sergipe S.A.
Ermig	Eletificação Rural de Minas Gerais S.A.
Saelpa	Sociedade Anônima de Eletificação da Paraíba
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
Eletoacre	Companhia de Eletricidade do Acre
Coelce	Companhia de Eletricidade do Ceará
Cober	Companhia Baiana de Eletificação Rural
Ceron	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
CEB	Companhia de Eletricidade de Brasília
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz S.A.

Fonte: Eletrobrás. *Relatório anual*, 1975.

O quadro 17 menciona o capital dessas empresas e a participação respectiva da Eletrobrás.

Quadro 17

Capital social das subsidiárias da Eletrobrás (em 31 de dezembro de 1975)

Subsidiária	Capital social (Cr\$ 1.000,00)	Participação societária em %	
		Eletrobrás	Outras
Eletronorte	141.425	100,0*	0,0
Furnas	3.724.000	97,5	2,5
Chesf	2.400.000	92,1	7,9
Eletrosul	1.815.729	96,3	3,7
Escelsa	300.000	91,3	8,7
CBEE	257.608	77,4	22,6
CEM	241.000	74,8	25,2
Outras em extinção	25.524	99,0	1,0
Total	8.905.286	94,5	5,5

* A participação da Eletrobrás corresponde efetivamente a 99,99%.

Fonte: Eletrobrás. *Relatório anual*, 1975.

4.4.2 Empresas associadas

A participação societária da Eletrobrás nas empresas associadas controladas, quase em sua totalidade, pelos governos estaduais, é minoritária, ainda que expressiva, porque aquela empresa possui uma média de 11,4% do capital das associadas, conforme está especificado no quadro 18.

Quadro 18

*Participação acionária da Eletrobrás em suas empresas associadas
(em 31 de dezembro de 1975)*

Empresa	Participação acionária Eletrobrás(%)
Coelba	35,6
Celg	24,4
Coelce	28,6
Celf	23,7
CEA	17,5
Ermig	20,0
Cober	20,0
Cemig	17,4
Energipe	16,2
Copel	10,6
Cemar	15,8
Celpa	14,3
Cosern	11,4
Cesp	13,2
Celese	12,7
CEEE	10,6
Saelpa	3,6
Ceal	6,5
Cemat	3,9
CEB	3,2
Celpe	2,9
Celetramazon	1,5
Ceron	0,9
Cepisa	6,6
Eletroacre	0,4
Bragantina	0,2
Subtotal	11,4
Outras empresas*	0,1
Total	21,7

Fonte: Eletrobrás. *Relatório anual*, 1975.

* Inclui diversas empresas em que a participação da Eletrobrás é inexpressiva ou que não pertencem ao setor.

Essa participação acionária é complementada por recursos fornecidos sob a forma de financiamento, em uma relação que supera em duas vezes a participação da Eletrobrás no capital das empresas mencionadas.

4.4.3 Pesquisas tecnológicas

A partir de 1974 a Eletrobrás destina anualmente uma percentagem de seus lucros para constituir o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico. Essa percentagem equivale a 0,5% do capital social integralizado da empresa. O objetivo do Fundo é apoiar a execução de programas de desenvolvimento e pesquisa no campo da tecnologia elétrica.

Esses recursos são destinados inicialmente à construção e funcionamento do Centro de Pesquisas em Energia Elétrica (Cepel) que está sendo construído junto à Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, na cidade do Rio de Janeiro. A unidade de alta tensão do Centro estará localizada na subestação de Adrianópolis, de Furnas, no estado do Rio de Janeiro.

A operação e a administração do Centro caberão a uma sociedade sem fins lucrativos organizada pela Eletrobrás e suas quatro subsidiárias regionais (Furnas, Eletrosul, Chesf e Eletronorte). Sua instalação e sua operação seguem o plano diretor elaborado com o auxílio do Institut de Recherche de l'Hydro-Quebec (IREQ).

As atividades internacionais da Eletrobrás estão detalhadas no capítulo referente a ação internacional.

4.5 Telecomunicações

O órgão normativo e fiscalizador do setor é o Conselho Nacional de Comunicações (CNC), segundo a denominação dada pela Lei nº 5.792, de 11/7/1972. Anteriormente denominava-se Conselho Nacional de Telecomunicações (CNT). de acordo com a Lei nº 4.117, de 27/8/1962.

4.5.1 Telecomunicações Brasileiras S.A. — Telebrás

É a empresa *holding* do setor, executora da política governamental nessa área. Foi criada pela Lei nº 5.792, de 11/7/1972 e instalada em 9 de novembro do mesmo ano. Essa lei, que modificou a política brasileira de telecomunicações determinou que:

- a) os serviços de telecomunicações devem ser administrados pelo governo federal, ou mediante concessão a particulares;
- b) cabe ao governo federal garantir e controlar o funcionamento permanente do serviço;
- c) devem ser respeitadas as concessões em vigor;

d) não obstante, as concessionárias podem passar à condição de subsidiárias ou associadas da Telebrás;

e) à Telebrás, vinculada ao Ministério das Comunicações, cabe planejar, em termos nacionais, os serviços públicos de telecomunicações, segundo as diretrizes do referido ministério.

De acordo com a mesma lei, compete também à Telebrás:

a) administrar a participação acionária do governo nas empresas de telecomunicações do país;

b) promover medidas de coordenação e assistência técnica às empresas de telecomunicações e àquelas que exerçam atividades de pesquisa ou industrialização nesse campo, procurando a redução dos custos operacionais, a eliminação de superposições e, em geral, a maior produtividade dos investimentos;

c) promover captação de recursos para as empresas de serviços de telecomunicações;

d) promover, por intermédio das subsidiárias, a implantação ou exploração de serviços públicos de telefonia no território nacional ou no exterior;

e) promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado para a atividade de telecomunicações;

f) promover a unificação dos serviços isolados, com vistas ao planejamento global do setor.

O capital autorizado é de Cr\$ 5.000 bilhões e o governo federal possui, atualmente, 99% do capital representado por ações ordinárias. Seu capital divide-se em ações ordinárias, nominativas, com direito a voto e ações preferenciais, nominativas, sem direito a voto. Estas últimas têm prioridade no reembolso de capital e têm direito a um mínimo de 6% a.a. na distribuição de dividendos.

O grupo Telebrás é formado de 71 empresas, inclusive a empresa *holding*, 25 subsidiárias e 45 associadas. A participação acionária da Telebrás nessas empresas resulta, na maioria dos casos, da capitalização dos investimentos realizados para cumprir os planos de expansão dos serviços. As principais componentes do Grupo Telebrás são apresentadas no quadro 19.

4.5.2 Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. — Embratel

O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, determinou que os troncos integrantes do Sistema Nacional de Telecomunicações e suas conexões com o exterior deveriam ser operados pelo governo federal através de uma empresa pública cuja criação é preconizada no art. 42 dessa lei. Por esse motivo foi fundada a Empresa Brasileira de Telecomunicações — Embratel.

Vinculada ao Ministério das Comunicações nos termos do Decreto-lei nº 200, de 1967 e legislação complementar, a Embratel foi modificada em sua estrutura em 18 de agosto de 1972 quando tomou a forma de

Quadro 19

Subsidiárias e associadas da Telebrás

Subsidiárias

Empresa Brasileira de Telecomunicações — Embratel
Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. — Telerj (ex-CTB)
Telecomunicações de Minas Gerais S.A. — Telemig
Telecomunicações do Espírito Santo S.A. — Telest
Telecomunicações do Sergipe S.A. — Telergipe
Telecomunicações de Santa Catarina S.A. — Telesc
Telecomunicações de Campina Grande S.A. — Telingra
Telecomunicações de Pernambuco S.A. — Telpe
Telecomunicações de Roraima S.A. — Telaima
Telecomunicações do Piauí S.A. — Telepisa
Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp
Telecomunicações do Ceará — Teleceará
Telecomunicações de Rondônia S.A. — Teleron
Telecomunicações do Pará — Telepará
Telecomunicações do Amazonas S.A. — Telemazon
Telecomunicações do Mato Grosso S.A. — Telemat
Telecomunicações da Bahia S.A. — Telebahia
Telecomunicações de Alagoas S.A. — Telasa
Telecomunicações do Rio Grande do Norte S.A. — Telern
Telecomunicações do Acre S.A. — Teleacre
Telecomunicações do Maranhão S.A. — Telma
Telecomunicações da Paraíba S.A. — Telpa
Telecomunicações do Amapá S.A. — Telemapá
Companhia de Telecomunicações de Brasília — Telebrasil
Companhia de Telecomunicações do Paraná — Telepar
Companhia de Telecomunicações de Goiás — Telegoias

Associadas

Companhia Riograndense de Telecomunicações — CRT
Companhia de Telefones do Rio de Janeiro — Cetel/RJ

Fonte: Telebrás. *Relatório da diretoria*, 1975.

sociedade de economia mista e passou a denominar-se Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. — Embratel, integrando-se ao grupo de empresas subsidiárias da Telebrás.

A Embratel é regida pela legislação de telecomunicações, pela Lei nº 5.792, de 11/7/1972, pela legislação reguladora das sociedades por ações, pelos Decretos n.os 70.913, de 2/8/1972 e 70.981, de 14/8/1972, e por seus próprios estatutos.

Suas atividades principais são:

- a) instalação e exploração direta dos troncos de microondas de alta capacidade do Sistema Nacional de Telecomunicações, interligando todos os estados e a estação terrestre do sistema internacional de comunicações por satélites;
- b) construção e exploração direta do sistema de tropodifusão da Amazônia;
- c) instalação e exploração do cabo submarino co-axial que liga o Brasil à Europa;
- d) instalação e exploração da Rede Nacional de Telex;
- e) instalação e exploração da Rede Nacional de Instalações Costeiras;
- f) controle total da telegrafia internacional por incorporação dos serviços das empresas ITT, Italcable e Radiobrás e cessação das atividades da Western Co.

a) Capital:

Seu capital é de Cr\$ 2.000.000.000,00, divididos em ações ordinárias, nominativas, no valor de Cr\$ 1,00 cada uma, com direito a voto nas assembleias gerais. A Telebrás deve ter sempre a maioria das ações representativas do capital da Embratel.

Atualmente, seus acionistas são os seguintes: Telebrás — 50,21%;⁶ Governo federal — 48,24%; Banco do Brasil — 0,54%; BNDE — 0,34%; CVRD — 0,22%; Petrobrás — 0,22%; CSN — 0,12%; Eletrobrás — 0,11%.

b) Acionistas:

Podem ser acionistas da Embratel:

- a) as pessoas jurídicas de direito público interno; b) as pessoas físicas de nacionalidade brasileira, limitando-se a aquisição de 1% do capital para cada uma; c) as entidades de administração indireta federal, estadual ou municipal; d) as pessoas jurídicas de direito privado brasileiro, limitando-se a aquisição de 1% do capital para cada uma a não ser que se trate de empresa subsidiária da Telebrás, em cujo caso não há limite.

c) Recursos:

São recursos da Embratel:

- a) as tarifas cobradas pela prestação de serviços; b) as dotações consignadas no Orçamento da União; c) o resultado de operações de crédito, juros, rendas e vendas de bens; d) recursos provenientes de outras fontes.

d) Administração:

Os órgãos de direção e administração da Embratel são os seguintes:

- a) Assembleia Geral de Acionistas. Reúne-se ordinariamente uma vez ao

⁶ Cessão efetuada pelo governo federal pela Lei n.º 5.792, de 11/7/72 e pelo Decreto n.º 71.306, de 1.11.72.

- ano e extraordinariamente quando convocada pelo presidente da empresa, pela maioria de acionistas, pelo Conselho Fiscal e conforme as disposições do art. 89 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940;
- b) Conselho Fiscal. Composto de três membros efetivos e três suplentes, todos com mandato de um ano;
- c) Diretoria Executiva. Formada pelo presidente, vice-presidente e quatro diretores. Seu mandato é de quatro anos e é eleita pela assembléia geral. O presidente é proposto pela matriz;
- d) Regime de Pessoal. A admissão é feita somente mediante concurso ou prova de habilitação. Está sujeito à legislação trabalhista;
- e) Rentabilidade da empresa. No exercício de 1973, a rentabilidade atingiu 40,95% do capital social e 21,96% do patrimônio líquido.

5. Fatores políticos e econômicos que explicam historicamente o surgimento das empresas públicas no Brasil

Esta análise é feita em função das várias etapas em que tem sido dividida a história econômica brasileira.⁷

5.1 Período anterior a 1930

A atividade empresarial do Estado iniciou-se durante a época colonial com a criação do serviço postal, em 1663, e da Casa da Moeda da Bahia, destinada a cunhar moeda, em 1694.

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, D. João VI fundou, em 1808, o Banco do Brasil, a Imprensa Régia — serviços de imprensa da Coroa — e a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema. Esta última é uma das iniciativas mais antigas que se conhece no campo da siderurgia brasileira.

Depois da Independência e durante o Segundo Império foram criadas a Estrada de Ferro D. Pedro II (1858) e a Caixa Econômica e Monte de Socorro (montepio) em 1861.

⁷ Os itens 1, 2, 3, 4 e 5 deste capítulo estão baseados nos seguintes livros e artigos: Baer, Werner. *The development of the Brazilian steel industry*. Nashville, Tennessee, Vanderbilt University Press, 1969; Baer, Werner & Villella, Anibal V. Industrial growth and industrialization: revisions in the stages of Brazil's economic development. *The Journal of Development Areas*, Jan 73; Baer, Werner; Kerstenetzky, Isaac & Villella, Anibal V. As modificações no papel do estado na economia brasileira. In: *Painéis internacionais sobre desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, APEC/BNDE, 1974; Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Fiscais. Atividade empresarial dos governos federal e estaduais. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 6, jun. 1973, p. 66-96; Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia. *O setor público federal descentralizado*. Rio de Janeiro, 1967; Venâncio Filho, Alberto. *A intervenção do estado no domínio econômico*. Rio de Janeiro, FGV, 1968; Villella, Anibal V. et alii. In: *Aspectos do crescimento da economia brasileira 1889-1969*. Rio de Janeiro, FGV, 1971; Villella, Anibal V. & Suzigan, Wilson. *Política econômica e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

Em 1890, após a Proclamação da República, foi criada a empresa de navegação Lloyd Brasileiro, quando o governo ordenou a fusão de quatro armadores privados que recebiam subsídios estatais. Nessa época já havia 12 ferrovias pertencentes ao governo federal, localizadas no nordeste, sudeste e sul do país.

Não obstante, o Estado brasileiro, durante o século XIX, foi relativamente não-intervencionista em assuntos econômicos, tanto durante o Império como nos primeiros anos da República. Na área da indústria nascente e em obras de infra-estrutura, o governo atuava principalmente através da concessão de empréstimos especiais e de garantias de lucros para as companhias estrangeiras que investiam nos dois setores.

No início do século XX a obrigação de garantir uma retribuição mínima às ferrovias de propriedade estrangeira tornava-se cada vez mais onerosa para o governo. Pensou-se que a obtenção de um empréstimo externo destinado à aquisição de algumas ferrovias seria menos gravoso para a economia nacional. Em consequência, o governo negociou em 1901 um empréstimo externo que seria aplicado à nacionalização de algumas ferrovias. Em 1929 quase a metade da rede ferroviária estava nas mãos do governo pois o processo de nacionalização continuou. Na década de 50 a proporção chegou a 94%.

O crescimento da propriedade estatal no setor ferroviário foi consequência da não-lucratividade dos serviços e da mudança de atitudes do governo que não desejava continuar garantindo a remuneração do capital. Outro fator que conduziu ao aumento da atividade estatal nesse setor e em outros serviços de utilidade pública foi o controle governamental das tarifas. A preocupação de conciliar taxas adequadas de lucro para o investidor privado com tarifas socialmente justas para os usuários, tornou inevitável uma nacionalização gradual.

A Administração do Porto do Rio de Janeiro — hoje Companhia Docas da Guanabara — foi adquirida pelo governo em 1903. Entre 1910 e 1933 foi entregue a concessionários. A partir desse ano foi administrada diretamente pelo Estado.

A década de 20 assistiu ao surgimento dos bancos estaduais. Anteriormente só estava em funcionamento o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (fundado em 1889) e o Banco da Paraíba (fundado em 1912). Os novos bancos tiveram como objetivo inicial o apoio ao setor agrícola nos respectivos Estados.

5.2 A década de 30

A depressão mundial provocou uma expansão e modificação do papel do Estado na área econômica. A intenção governamental de apoiar e acelerar o processo de industrialização foi resultado da necessidade de proteger a economia do impacto da crise mundial.

As principais medidas adotadas nesse sentido foram o programa de apoio ao café — que implicou na fixação de preços e controle da produção — e o controle cambial implantado em 1931. Este último, cujo objetivo era racionalizar divisas, teve como efeito indireto a proteção do setor industrial.

O governo de Getúlio Vargas aumentou a participação do Estado mediante a criação de autarquias destinadas a proteger e estimular o crescimento de vários setores (açúcar, erva-mate, sal, pinho, pesca, marinha mercante, etc.). O Código de Águas, baixado em 1934, conferiu ao Estado o poder de fixar tarifas elétricas.

Os anos 30 presenciaram a compra definitiva do Lloyd Brasileiro que desde sua criação havia estado alternadamente em mãos oficiais e privadas, até 1937, quando foi transformado em autarquia federal.

Em 1940 foram nacionalizadas duas empresas privadas que serviam à região amazônica (Company of Port of Pará e The Amazon River Steam Navigation Company Ltd.), que foram fundidas no Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto de Pará (SNAAPP), desdobrado, em 1967, na Companhia Docas do Pará e Empresa de Navegação da Amazônia.

A Companhia Nacional de Navegação Costeira resultou da desapropriação, em 1942, do patrimônio da Companhia Lage e Irmãos, um armador particular. Foi transformada, em 1966, na Empresa de Reparos Navais Costeira.

Finalmente, a criação, em 1943, da empresa governamental Serviço de Navegação da Bacia do Prata, cujo objetivo era promover o transporte pelos rios Paraná e Uruguai, resultou da nacionalização de várias empresas privadas que serviam à região.

Essas ações governamentais tiveram uma dupla motivação: considerações de segurança durante o período de guerra e fomento ao transporte aquático que havia alcançado pouco êxito nas mãos do setor privado.

5.3 A II Guerra Mundial e os primeiros anos do pós-guerra

Durante o período bélico foram criadas empresas governamentais por razões de segurança nacional, em muitos casos. Várias delas converteram-se em poderosas empresas durante as décadas de 50 e 60.

Já se mencionou a expansão estatal no setor da marinha mercante que alcançou seu clímax na década de 40, devido, fundamentalmente, às condições de guerra. Essas mesmas razões levaram o governo a criar, em 1940, a Fábrica Nacional de Motores (FNM). Seu objetivo inicial era a manutenção e produção de motores para aviões. Entretanto, também produziu tratores, caminhões, automóveis e refrigeradores. Foi sempre deficitária e enfrentou constantes problemas administrativos, o que provocou sua venda, em 1968, a uma empresa estrangeira (Alfa-Romeo).

A Companhia Nacional de Alcalis foi criada em 1943 em razão do receio de que a escassez de barrilha paralisasse as indústrias dependentes desse produto.

A criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, é atribuível, em grande parte, a considerações nacionalistas. As ricas jazidas de ferro de Minas Gerais atraíram, durante muitos anos, o interesse de investidores estrangeiros. Conforme aumentava ou diminuía a oposição à participação de firmas estrangeiras, eram dadas ou retiradas concessões para exploração e exportação de minérios. Em 1942 foram canceladas as concessões outorgadas a um grupo estrangeiro para a exploração das jazidas de Itabira. Imediatamente foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, empresa estatal que se converteria na maior exportadora de minério do Brasil.

Durante esse período o governo passou, pois, a atuar diretamente no processo de substituição de importações, nos casos em que a iniciativa privada revelou-se desinteressada ou escassa, ou pelo temor à escassez de produtos durante a guerra, ou por entender que havia chegado a oportunidade de desenvolver setores estratégicos para a expansão econômica do país.

Além das já enumeradas, surgiram a Companhia Siderúrgica Nacional (1940) que começou a construir sua usina em Volta Redonda e a empresa Aços Especiais Itabira — Acesita.

Na área financeira surgiu o Banco de Crédito da Borracha (1942) para ajudar a satisfazer a crescente demanda externa de borracha natural. Posteriormente foi transformado no Banco de Crédito da Amazônia (1960) e em seguida (1966) em Banco da Amazônia S.A. — Basa. Para fomentar o cooperativismo foi criada a Caixa de Crédito Cooperativo transformada, em 1966, em Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC. Para normalizar o setor de seguros surgiu, em 1939, o Instituto de Resseguros do Brasil, que começou a funcionar em 1940.

A rede ferroviária governamental expandiu-se durante o período mediante a compra de várias empresas inglesas.

5.4 Os anos 50

A aspiração dos governos desta década foi a industrialização acelerada dentro de um quadro de planejamento geral. Utilizaram-se, em consequência, mecanismos destinados a atrair capital estrangeiro e estimular o investimento interno.

Um acontecimento decisivo foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), ocorrido em 1952 como consequência das recomendações da Comissão Mista Brasil—Estados Unidos. Essa comissão aconselhou a elaboração de um plano para a modernização da infraestrutura do país (Programa de Reaparelhamento Econômico), mas não havia, para isso, empresas nacionais com capital suficiente. O BNDE teve por finalidade original o financiamento, a longo prazo, do programa de

crescimento e modernização da infra-estrutura nacional. Tinha também como objetivo o financiamento à indústria pesada e a certos setores agrícolas.

Outro fato importante foi a criação da Petrobrás em 1953, à qual se concedeu o monopólio de exploração e refino do petróleo. O motivo original de sua criação foi a preocupação do governo em assegurar uma fonte interna de fornecimento. A medida que aumentava a pressão para que a lei de criação fosse aprovada, introduziram-se conotações nacionalistas, tal como a de não entregar a exploração de recursos não-renováveis do subsolo a empresas estrangeiras. A nova empresa absorveu a Frota Nacional de Petroleiros (Fronape), criada em 1950.

No setor financeiro também foi criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para fornecer crédito a curto e longo prazo para o desenvolvimento dessa região brasileira. Na década de 60 esse banco converteu-se em agente financeiro da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

A segunda metade do decênio (governo Kubitschek) caracteriza-se pela adesão explícita a um modelo de economia mista em que as empresas governamentais desempenhavam importante papel. A expansão e criação de órgãos autárquicos e sociedades de economia mista foi fruto, também, das tensas relações entre Poder Executivo e Congresso e da demora, por parte deste, em aprovar os orçamentos submetidos pelo Executivo. A execução das metas governamentais através de órgãos de administração indireta foi um artifício para dar maior flexibilidade à ação governamental. Também foi por esse motivo que às sociedades de economia mista corresponderam 70,77% dos empreendimentos do governo federal.

A crescente inflação conduziu ao controle de preços e tarifas, o que provocou uma retração da iniciativa privada no campo dos serviços de utilidade pública e, conseqüentemente, uma expansão estatal nessa área.

Dentro desse quadro geral é que foram criadas as seguintes empresas:

a) setor energético: Centrais Elétricas de Furnas (1957); Companhia de Eletricidade do Amapá (1950); Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (1960);

b) setor siderúrgico: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais — Usiminas (1956); Companhia Siderúrgica Vatu, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce (1960). Foram transferidas ao governo federal, através do BNDE, a Companhia Ferro e Aço de Vitória — Cofavi (1959) e a Companhia Siderúrgica Paulista — Cosipa (1960);

c) setor de transportes: Rede Ferroviária Federal S.A., destinada a consolidar a administração das ferrovias de propriedade do governo federal conforme as recomendações da Comissão Mista Brasil—Estados Unidos, e o Serviço de Transportes da Baía da Guanabara — STBG (1959).

Merece destaque a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), surgida em 1956 para dirigir os trabalhos de construção de Brasília. Uma vez cumprido seu objetivo foi subdividida em

várias empresas que contam com a participação do governo do Distrito Federal.

5.5 A década de 1960

Este decênio caracteriza-se pelo crescimento e consolidação do setor empresas públicas, sua reorganização através da criação de empresas *holding* e o surgimento de empresas fundamentadas em motivo de segurança nacional. Cabe acrescentar que durante esta década foram criadas, ou passaram para o setor governamental, mais empresas públicas e sociedades de economia mista que em todo o resto da história econômica brasileira. O crescimento do setor foi explosivo.

Antes de 1964 foram criadas a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazéns (Cibrazem), ambas em 1962, destinadas a aperfeiçoar o sistema de abastecimento de alimentos, armazenagem, silos e frigoríficos.

Em 1961 surgiu a Eletrobrás — Centrais Elétricas Brasileiras — como sociedade *holding* das empresas energéticas de propriedade federal.

No setor de mineração surgiu a empresa Beneficiamento de Itabirito S.A. — Benita (1961) e no setor de transportes a Companhia de Navegação do São Francisco (1963) e a Vale do Rio Doce Navegação — Docenave, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce (1963).

Após a Revolução de 1964 o governo começou a atuar em novas áreas. Assim, em 1965 foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) que se converteu rapidamente em uma poderosa agência financeira.

A rede de telecomunicações, nacionalizada nessa época, foi colocada sob a égide de uma nova empresa *holding*, a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) inspirada no propósito de aperfeiçoamento da infra-estrutura e razões de segurança nacional.

Entre as numerosas empresas criadas durante a década, deve-se destacar a Empresa Brasileira de Turismo S.A. (Embratur) destinada a promover o turismo e financiar projetos ligados a essa atividade. Através dela procura-se alcançar maior integração nacional e desenvolver uma fonte geradora de divisas. Surgiram também a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) que fabrica aviões sob licença e projeta e constrói modelos próprios e a Empresa Brasileira de Filmes S.A. (Embrafilme), cujo objetivo é a distribuição e promoção de filmes brasileiros no exterior.

5.6 1970-1975

Durante este quinquênio o processo iniciado no decênio anterior seguiu a mesma linha, especialmente no que se refere à consolidação do setor e a sua reorganização. Continua, também, a expansão acelerada das empresas mais importantes.

Nesse sentido cabe assinalar a criação da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), *holding* na área das telecomunicações; da Siderurgia Brasileira S.A. (Siderbrás), *holding* siderúrgico, e da Companhia de Desenvolvimento Siderúrgico (Codesid), empresa *holding* subsidiária do BNDE, destinada a coordenar as atividades das siderúrgicas cuja maioria acionária seja de propriedade do Banco, e preparar e realizar paulatinamente a transferência dessas empresas para a jurisdição da Siderbrás. Surgem também a Portos Brasileiros S.A. (Portobrás), *holding* das diversas empresas administradoras dos portos (1975), a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero), como igual função a respeito dos aeroportos (1972) e a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), *holding* das indústrias militares.

Aparecem também várias empresas subsidiárias da Petrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce que se converteram, assim, em empresas *holding* e, ao mesmo tempo, em produtoras diretas.

A partir de 1973 começa a reorientar-se a política do setor. Para racionalizar o investimento estatal e iniciar-se uma política de *joint ventures* com capital privado e estrangeiro, ao mesmo tempo que o BNDE começa a participar minoritariamente das empresas privadas nacionais com um duplo objetivo: apoiar e orientar a produção dos diversos setores e evitar a desnacionalização da indústria brasileira. Significativos exemplos nesse sentido são a constituição de três subsidiárias do BNDE — a Embramec, a Fibrase e a Ibrasa — e a criação do pólo petroquímico da Bahia.

Devido as suas projeções, esses exemplos são analisados com maior profundidade para facilitar a compreensão da atual política governamental na matéria.

5.6.1 As novas subsidiárias do BNDE

As escrituras de constituição da Mecânica Brasileira S.A. (Embramec), Financiadora de Insumos Básicos S.A. (Fibase) e Investimentos Brasileiros S.A. (Inbrasa), foram assinadas no dia 12 de junho de 1974. As três possuem estruturas administrativas simples e contam com o apoio do BNDE, do Ministério da Indústria e do Comércio e do Ministério das Minas e Energia.

São subsidiárias do BNDE, têm um capital de Cr\$ 200 milhões cada uma e podem participar do capital acionário de empresas nacionais ou adquirir debêntures conversíveis em ações dessas empresas. Seus conselhos de administração são integrados por representantes de empresas governamentais e privadas.

Suas características específicas são as seguintes:

— Embramec

A exposição de motivos para a criação dessa empresa salienta que “grande parte dos investimentos fixos realizados na economia brasileira está sustentada pela importação de equipamentos. Em relação à demanda interna

desses bens as importações brasileiras atingem cerca de 40% para o global do setor ou de 50 a 55% para os equipamentos sob encomenda. O crescimento dessas importações tem-se verificado a taxas da ordem de 30%, explicando, entre 1970 e 1972, cerca de 50% do aumento das importações totais".⁸

Em maio de 1974 o Conselho de Desenvolvimento Econômico havia recomendado às empresas sob controle estatal que dessem preferência a equipamentos de fabricação nacional. Essas empresas são responsáveis por mais de 59% da demanda de bens de capital produzidos no país. Elas deviam indicar, por isso, os equipamentos e componentes que poderiam ser fabricados internamente.

Em junho do mesmo ano foi criada a Embramec destinada a conceder financiamentos para implantar indústrias de bens de capital atuando: a) do lado da oferta interna, acompanhando o processo de expansão das empresas brasileiras e orientando-as para sua especialização; b) do lado da demanda, conhecendo antecipadamente as encomendas de equipamento das empresas públicas e influenciando sua orientação; c) do lado do desenvolvimento tecnológico, tomando iniciativas diretas e promovendo-as junto ao empresariado nacional.

A participação da Embramec no capital de outras empresas deve ser sempre minoritária e terá como finalidade, de um lado, o aporte de recursos não-exigíveis e, de outro, a especialização das empresas nacionais do setor, segundo as linhas de interesse e de vocação demonstradas.

Outra forma de atuação poderá ser o apoio financeiro à criação de empresas dedicadas exclusivamente a projetar equipamentos, prescindindo de instalações industriais. Deste modo é possível associar uma ou mais empresas nacionais do setor de mecânica pesada com empresas estrangeiras detentoras de *know-how* e com a Embramec formando, assim, empresas incumbidas das vendas, do projeto de equipamento e da colocação de subcontratos de fabricação de peças e sua agregação.

Conforme destaca o BNDE, três áreas foram selecionadas para desenvolver sua ação de apoio: a) projetos básicos; b) projetos especiais e c) outros projetos. O primeiro grupo engloba os subsetores de máquinas-ferramentas, locomotivas elétricas ou diesel-elétricas, vagões, embarcações de carga, máquinas e equipamentos para exploração mineral, equipamentos para construção de rodovias, máquinas têxteis, equipamentos para metalurgia de não-ferrosos, máquinas e equipamentos para as indústrias químicas, petroquímicas, de cimento, de papel, de celulose e de compressores, máquinas e equipamentos para geração, transmissão e transformação de energia elétrica e para telecomunicações, além dos componentes para todos estes subsetores.

⁸ Exposição de Motivos n.º 80-B, de 6 de maio de 1974 (Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Ministro da Indústria e do Comércio).

No grupo de projetos especiais enquadram-se os projetos de engenharia básica de processo e produtos, projetos de tecnologia sofisticada, de equipamentos contra a poluição industrial e de bens destinados à exportação.

No terceiro grupo podem figurar, por exemplo, projetos referentes à indústria gráfica e alimentícia.^a

— Fibase

Sua finalidade é o estabelecimento de mecanismos de apoio mediante financiamentos e participação, para viabilizar empreendimentos, de preferência na órbita da iniciativa privada, destinados a aumentar a produção de matérias-primas e bens intermediários de maior escassez no país, especialmente os metais não-ferrosos (alumínio, zinco e cobre) e os fertilizantes (amônia, fosfato, potássio e enxofre).

É interessante destacar que a nova empresa tem, também, uma perspectiva de integração com os países produtores de matérias-primas. A exposição de motivos para criação da Fibase ressalta que "o conjunto de países em vias de desenvolvimento só apresenta carências graves de matérias-primas quando visto em termos de componentes isolados. Estabelecidos os mecanismos adequados de comunicação, as carências de uns podem ser perfeitamente compensadas pela abundância de outros, garantindo ao conjunto um suprimento mútuo desses bens fundamentais. A segurança da preservação dos diversos interesses nacionais poderia ser obtida através da instituição de empresas multinacionais com participação acionária dos países carentes

Empresa	Sector	Garantido pela Embramec (Valor em Cr\$ mil)
BSI	Equipamentos hidromecânicos	7.650
Schuler	Prensas hidráulicas	12.000
Rádio Frigor	Compressores	4.200
D. F. Vasconcellos	Mecânica, ótica e carburadores	4.835
Randon	Reboques e caminhões fora de estradas	41.500
Madef	Compressores e evaporadores	12.000
Ideal	Máquinas agrícolas	8.868
Trafo	Transformadores elétricos	14.000
Pampeiro	Máquinas para beneficiamento de cereais	5.250
Marcoplan	Empilhadeiras e guindastes	5.000
Metalomecânica	Redutores e multiplicadores de velocidade	15.000
Piratiniga	Máquinas pesadas	15.000
Foria Nordeste	Forjados	15.000
Apolo	Estruturas metálicas	38.000
Lips	Hélices para navios	4.000
Engesa	Viaturas especiais	61.000
Pro-engesa	Holding Engesa	19.000
Dafferner	Máquinas gráficas	12.600
CBEI	Caldeiras	10.000

^a Segundo se informou a 1/2/76, a Embramec está participando das seguintes empresas:

da matéria-prima em cogitação, nos projetos de produção realizados nos países supridores. Esse de fato seria um modelo institucional capaz de garantir a longo prazo o suprimento de bens fundamentais para o crescimento de todos em conjunto e de cada um em particular".¹⁰

A nova organização tem sua ação representada principalmente pela participação acionária no capital de risco das empresas, sem direito a voto e sem participação na gerência empresarial, deixando que a direção seja assumida e exercida pelo setor privado. A participação no capital votante só poderá ocorrer nos casos em que seja recomendável a presença de um agente de equilíbrio entre grupos societários. A Fibase busca, também, promover o fortalecimento de empresas privadas nacionais e estimular ativamente novas iniciativas sem necessidade de esperar a ação privada. Se for necessário poderá executar, na área de insumos básicos e intermediários, projetos que não hajam sido empreendidos por empresários particulares. Nesse caso, a entidade transferirá à iniciativa privada a posição majoritária do empreendimento (durante sua maturação e execução) ficando com o controle residual que lhe permita fiscalizar o andamento do projeto.

Atualmente está apoiando e incentivando programas relacionados com o setor fertilizantes e suas matérias-primas, produção de papel de imprensa e celulosas de fibra longa e curta, além de projetos relacionados com a química orgânica e inorgânica.¹¹

— Ibrasa

O BNDE é seu acionista majoritário, sendo permitida a participação de capitais privados brasileiros — preferentemente instituições financeiras — até um total de 40% de seu capital.

Sua finalidade é conceder financiamentos para a implantação ou expansão de empresas brasileiras cujos índices técnicos e econômico-financeiros se revelem convenientes para a economia nacional.

Espera-se que depois da maturação desses investimentos os títulos dessas empresas sejam lançados no mercado de capitais.

A Ibrasa também concederá empréstimos a pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, para financiar sua participação acionária em empresas das quais sejam ou pretendam ser acionistas.

O mecanismo estabelecido procura satisfazer: a) a necessidade de capitalização da empresa industrial brasileira; b) resguardar a posição majoritária do acionista brasileiro; c) estimular a democratização do capital;

¹⁰ Exposição de Motivos n.º 79-B, de 6 de maio de 1974 (Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Ministro das Minas e Energia e Ministro da Indústria e do Comércio).

¹¹ Assim, por exemplo, em março de 1975, a Fibase subscreveu 12 milhões de ações preferenciais classe A, sem direito a voto, da Metanol do Nordeste S.A. (Metanol), que produzirá 60.000 toneladas anuais de metanol, matéria-prima básica para a petroquímica. A Metanol funcionará com 50% de equipamentos nacionais e tem como acionista a Petroquisa, o grupo nacional Peixoto de Castro e a Paskin S.A.

d) cooperar com a estabilização do mercado de títulos; e) reforçar o fornecimento de crédito a médio prazo, relativamente escasso no sistema financeiro atual.

As empresas governamentais e estrangeiras estão excluídas das possibilidades de financiamento por parte da Ibrasa.

5.6.2 O pólo petroquímico do Nordeste

O novo estilo de atuação do setor público brasileiro foi posto em prática com os 17 projetos petroquímicos que estão atualmente em fase de implantação.

Quinze deles localizam-se no pólo petroquímico do Nordeste (gráfico 1).

Esses projetos implicam no investimento global de cerca de US\$ 1.200 milhões, realizado num período mínimo de quatro anos, para a implantação de um complexo fabril que funcionará a partir de 1977. Serão fabricados cerca de 40 produtos diferentes para atender a um mercado que até agora depende basicamente de importações. Os investimentos programados, cujo montante equivale ao destinado ao plano de expansão siderúrgica para o mesmo período, significa um avanço no processo de verticalização da pirâmide industrial do país.

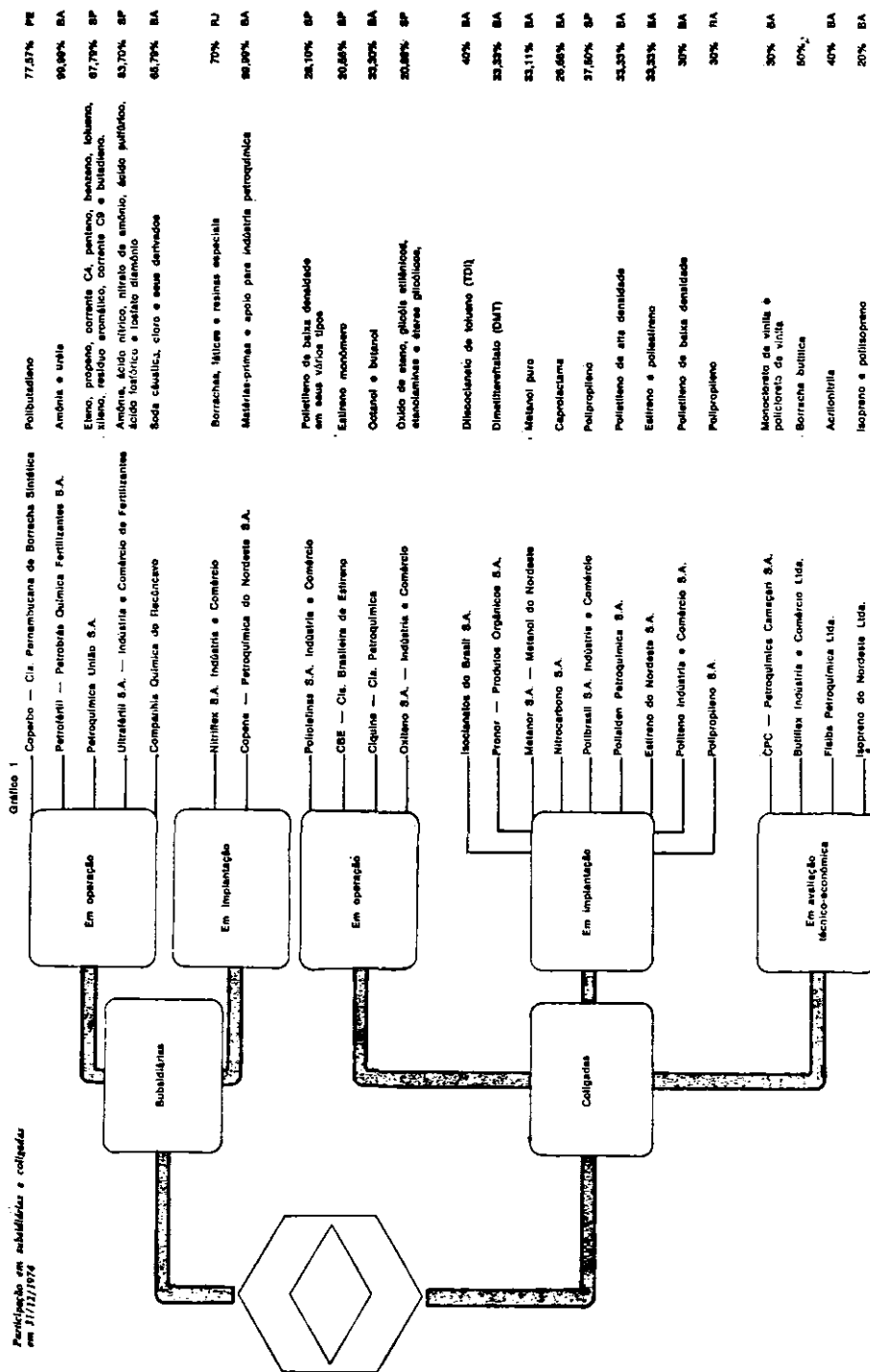
A característica peculiar da indústria petroquímica em instalação é a composição do capital das empresas do setor, no qual, em geral, estão presentes três tipos de sócios: a empresa estatal, a empresa estrangeira e a empresa nacional. Embora não seja a primeira vez que se organizem empresas com esse tipo de controle acionário, o fato inovador é que, neste caso, esse sistema foi transformado em princípio orientador.

Em ocasiões anteriores, a associação do Estado a grupos estrangeiros consistia em fatos isolados resultantes dos acontecimentos contrariando, muitas vezes, as intenções do setor público.

Com os novos mecanismos de utilização da empresa estatal como instrumento da política econômica, é possível garantir o controle de certas atividades por parte de capitais nacionais sem necessidade de estabelecer monopólios do Estado. É possível, ainda, influir no processo de escolha de tecnologia. Segundo os analistas econômicos, as maiores vantagens correspondem, sem dúvida, aos sócios estrangeiros.

Dos 17 projetos, só no grupo de empresas de porte médio (investimento médio de US\$ 50 milhões) existe participação expressiva dos sócios estrangeiros. A participação total do investimento externo no setor é de 16% do capital com direito a voto.

Entretanto, em decorrência do novo estilo de empresa, o investidor estrangeiro consegue, com uma imobilização de recursos bastante inferior à que seria necessária para instalar uma filial no Brasil, faturar através de vários itens que seriam proibidos pela legislação brasileira se fossem simples subsidiárias (uso de patentes, licenças de fabricação, etc.) além de outras facilidades trazidas pela associação com o Estado.



A presença mais destacada no setor é a japonesa. Diversas empresas de outras nacionalidades — especialmente norte-americanas — perderam a oportunidade de investir por não modificar seus métodos de atuação, insistindo na estratégia tradicional de montar filiais e evitar a associação com o Estado, em grupos nacionais. Este tipo de empresa não confia no fortalecimento do setor público nos países em vias de desenvolvimento. Para os que optaram pelo novo esquema o Estado seria apenas um sócio que oferece bons negócios, com a vantagem adicional de minimizar os riscos de investimento.¹²

5.6.3 Outros exemplos de aplicação do novo esquema

A criação de empresas com controle acionário semelhante ao das indústrias petroquímicas anteriormente mencionadas tende a generalizar-se para outros setores da economia. Os principais projetos anunciados nos últimos tempos e que seguem essa orientação são os seguintes:

a) Empresa de Reparos Navais — Renave:

As empresas públicas Lloyd Brasileiro, Docenave (subsidiária da CVRD) e Petrobrás associaram-se, em fins de 1974, com a empresa portuguesa Lisnave (do Grupo União Fabril — CUF) para a construção de vários estaleiros, o principal dos quais seria instalado no porto de Tubarão (estado do Espírito Santo). A Lisnave forneceria basicamente a tecnologia exigida para essa atividade.

Depois de firmado o acordo, ingressou na sociedade a empresa privada brasileira Companhia de Comércio e Navegação. A Lisnave retirou-se e seu lugar foi ocupado pela Ishikawajima, do Japão. Os bens da Empresa de Reparos Navais Costeira, de propriedade majoritária do governo federal, serão transferidos para a nova empresa.

b) Novas empresas coligadas da Cia. Vale do Rio Doce:

— Amazônia Mineração S.A. Associação com a U.S. Steel (EUA) para extração de ferro da Serra dos Carajás (estado do Maranhão). A CVRD possui 50,8% do capital.

— Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização — Nibrasco. Constituída em 11/3/74 em associação com as Usinas Siderúrgicas Japonesas para a industrialização de pelotas. A CVRD é proprietária de 50,9% do capital.

— Cia Hispano-Brasileira de Pelotização — Hispanobrás. Criada em 12/6/74 com o Instituto Nacional de Indústria (INI), da Espanha, para a fabricação de pelotas. A CVRD possui 50,8% do capital.

— Cia. Italo-Brasileira de Pelotização — Itabasco. Constituída em 1973 em associação com o grupo italiano Finsider também para a industrialização de pelotas. A CVRD possui 50,8% do capital.

¹² Cf. Araújo Jr., José Tavares de & Dick, Vera Maria. Governo, empresas multinacionais e empresas nacionais: o caso da indústria petroquímica. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 447-62, jun. 1974.

— Alumínio Brasileiro — Albras. Criada em 1974, em associação com a Light Metal Smelters Association (formada pelos cinco maiores produtores de alumínio do Japão), para instalar um complexo para a produção de alumínio e alumina na região amazônica.

— Celulose Nipo-Brasileira S.A. — Cenibra e Empreendimentos Florestais S.A. — Flonibra. Constituídas em associação com a Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Company. A primeira destina-se à instalação de uma fábrica para a produção de celulose e a CVRD possui 50,6% do capital. A segunda manterá plantações de pinheiro, eucalipto e espécies nativas para produzir matéria-prima para aquela empresa. A CVRD possui 49,2% das ações, mas, com outros sócios minoritários, assegura a maioria do capital nacional.

— Mineração Rio do Norte S.A. Esta empresa foi organizada em junho de 1974 com a vinculação de novos acionistas nacionais e estrangeiros. A CVRD possui 41% do capital votante (maior acionista individual), mas com a participação da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) — empresa privada nacional — é assegurada a maioria ao capital brasileiro. Destina-se à produção e comercialização de bauxita. O projeto é desenvolvido sob a direção de técnicos da CVRD e da Alcan Aluminium Ltd., dos EUA.

— Valesul Alumínio S.A. Criada a 11 de agosto de 1976 pela CVRD, que possui 70% de seu capital, e pela empresa norte-americana Reynolds International, que contribui com os 30% restantes. Instalará uma fábrica para a produção de alumínio no distrito industrial de Santa Cruz, estado do Rio de Janeiro.

c) Companhia Siderúrgica de Tubarão:

Constituída em 13/3/1974 pela Sidebrás (acionista majoritária), Kawasaki Steel Corp. (Japão), Finsider (Itália), Companhia Siderúrgica Nacional e CVRD. Destina-se à instalação de uma usina integrada para a produção de aço.

d) Laminadora de Tubarão:

Constituída em 1974 pela Sidebrás (acionista majoritária), pela Kloeckner Industrie Amlagen G.m.b.H., da República Federal Alemã, e a empresa privada brasileira Siderúrgica Capixaba S.A. (Sidercap), para a instalação de uma fábrica de laminação.

e) Forjas Acesita S.A.:

A empresa Aços Especiais Itabira S.A. (Acesita) possui 59,9% do capital. O resto é integralizado pelas firmas japonesas Sumitomo Metal Industries Ltd. e Sumitomo Shoji Kaisha Ltd. Foi constituída em 1974 para a produção de forjados.

f) No campo siderúrgico, deve-se também mencionar os acordos firmados em 1974 pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para a construção de duas usinas de pelletização, uma com a General Organization for Industrialization (Gofi), do Egito, e outra com o Grupo Korf, da República Federal Alemã.

g) **Computadores e Sistemas Brasileiros Ltda. — Cobra:**
Associação formada em 1974 entre a Empresa Digital Brasileira (Digibrás) — subsidiária do BNDE¹³ a empresa inglesa Ferranti e a sociedade privada nacional Equipamentos Eletrônicos (10%) para a produção do mini-computador Argus-700.

h) **Companhia de Investimentos Árabe-Brasileira — Abico:**
Criada a 25/3/75 e constituída em partes iguais de um lado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Banco do Brasil, e do outro pelas empresas integrantes do Grupo Kuwait (Kuwait Foreign Trading, Contracting and Investment Company, Kuwait Investment Company e Kuwait International Investment Company). Seu capital será de Cr\$ 300 milhões. Segundo seus estatutos, participará do capital acionário de empresas selecionadas dos seguintes setores: a) pesca, agricultura, pecuária e produção de alimentos; b) extração mineral e beneficiamento de recursos minerais; c) produtos petroquímicos e fertilizantes; d) instituições bancárias, de seguros e financeiras, de acordo com a legislação vigente; e) atividades industriais e comerciais. Informa-se que a Abico contribuirá com parte de seus recursos para a construção da represa hidrelétrica de Itaipu.

No capítulo referente a ação internacional, serão detalhados os casos de sociedades constituídas no exterior por empresas públicas brasileiras.

i) **Alcalis do Rio Grande do Norte S.A. — Alcanorte:**

Subsidiária da Companhia Nacional de Alcalis S.A., associada à Akzozout Chemie B.V., da Holanda, para a instalação de uma fábrica de barrilha, no estado do Rio Grande do Norte.

j) **Ferritas Magnéticas — Fermag:**

Associação da CVRD (20%), com a empresa privada brasileira Mascarenhas Barbosa Roscoe S.A. e com a firma italiana Ferrox IOS Pantasote para a produção de óxido de ferro e ferritas magnéticas em Itabira, estado de Minas Gerais. Em uma segunda etapa produzirá também juntas para refrigeradores e perfis para automóveis.

l) **Indústria Carboquímica Catarinense:**

Associou-se, em fins de 1975, ao grupo nacional Copas, de São Paulo, e à Union Explosive Rio Tinto, de Madri, para a instalação de uma fábrica de fertilizantes em Imbituba. O investimento inicial será de Cr\$ 500 milhões.

m) **Nuclebrás Auxiliar de Mineração S.A. — Nuclan:**

Criada pelo Decreto nº 76.802 de 16/12/75, teve sua criação formalizada no dia 16 de março de 1976. A Nuclebrás contribuiu em 51% de seu capital e a Urangesellschaft MHB, da Alemanha, com 49%. Seu capital nominal é de Cr\$ 100 milhões e destina-se a prospecção, extração e concentração de minerais de urânio.

¹³ Em maio de 1975 anunciou-se que a Digibrás seria transferida pelo BNDE para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e que o governo britânico havia adquirido 50% das ações ordinárias da Ferranti.

6. Ação internacional

6.1 Importações

6.1.1 Aspectos gerais

Em 19 de novembro de 1974 o governo federal baixou o Decreto nº 74.908 pelo qual se proíbe aos órgãos da administração direta, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, a importação direta de material de consumo e a aquisição, no mercado interno, de bens de consumo importados, inclusive máquinas e equipamentos de escritório. Só em caráter excepcional e quando comprovada a necessidade específica poderá ser autorizada a compra de bens de consumo importados com autorização prévia do presidente da República.

Em 10 de outubro de 1975 foram publicados os Decretos n.os 76.406 e 76.407, que estabelecem que todas as entidades do governo, inclusive as empresas públicas, poderão importar, realizar operações de *leasing*, alugar ou adquirir no mercado interno máquinas, equipamentos e veículos, inclusive suas partes, peças e acessórios, de origem estrangeira, *somente quando não existia similar produzido internamente*.

Mesmo quando não existir similar nacional, a operação dependerá de autorização prévia e expressa do ministro de Estado ao qual estiver subordinado ou vinculado o órgão interessado.

De todas as formas, as importações e outras operações acima descritas não poderão exceder, durante o exercício de 1976, os limites globais do valor aprovado pelo presidente da República, conforme o regime estabelecido pelo Decreto nº 76.406.

O Decreto 76.408 de 10/10/75 estabelece que os órgãos e entidades da administração federal, ao conceder apoio financeiro aos estados-membros, levarão em consideração a fixação, por estes, de normas de contenção e controle de dispêndio de divisas estrangeiras, idênticos às fixadas no âmbito federal pelos decretos já mencionados.

6.1.2 Aquisição de tecnologia estrangeira

As empresas públicas estão sujeitas ao regime ordinário vigente, quanto à matéria.

Convém analisar a regulamentação que vigora em relação à transferência de tecnologia (compra e venda).

A transferência de tecnologia do/para o Brasil está regulamentada pela Lei nº 4.131 de 27/9/62, com as modificações introduzidas pela Lei nº 4.390, de 29/8/64, sobre o tratamento dado ao capital estrangeiro. Essa legislação exige o registro, na Superintendência da Moeda e do

Crédito (Sumoc), hoje Banco Central, dos contratos referentes à transferência de conhecimentos tecnológicos para o Brasil.¹⁴

A Lei nº 4.131 e seu decreto de regulamentação (nº 53.451, de 20/1/64) mantiveram as restrições contidas nos documentos legais anteriores. Assim, foram estabelecidos limites de 10 e 20% sobre o valor dos investimentos registrados, respectivamente, para remessa de lucros e retorno de capital. Foi também proibida a concessão de facilidades cambiais para remessa de lucros para o exterior, mais favoráveis que as aplicadas às importações de caráter geral.

Por outro lado, a Lei nº 4.131 regulamentou, pela primeira vez, as remessas referentes à tecnologia transferida para o país. A lei estabeleceu a exigência de registro dos contratos que justificassem remessas, conferiu à Sumoc competência para verificar se a assistência técnica havia sido efetivamente prestada e instituiu privilégios fiscais destinados a promover a absorção da tecnologia importada.

Se bem que a preocupação básica da lei seja a restrição à remessa de lucros para o exterior, procura incentivar a absorção de tecnologia criando uma estrutura de incentivos diferenciados segundo o grau de importância estratégica da indústria à qual se destina essa tecnologia. Nas declarações de renda das pessoas jurídicas, a lei limitou a um máximo de 5% anual, durante cinco anos, as deduções por remessas correspondentes à importação de tecnologia. O excedente seria considerado como lucro distribuído. A atribuição de definir os coeficientes percentuais de dedução para as diversas indústrias foi conferida ao Ministério da Fazenda, que utilizou a Portaria nº 436, de 30/12/58, que estabelecia as percentagens para a determinação do lucro real das pessoas jurídicas.

O Decreto nº 53.451, ainda que só regulamentasse a Lei nº 4.131, introduziu modificações importantes. Limitou a cinco anos o prazo durante o qual os contratos de assistência técnica gozavam da faculdade de gerar remessas e restringiu o montante dessas remessas a 2% do custo do produto fabricado ou da receita bruta do produto vendido.

As modificações introduzidas pela Lei nº 4.390, de 29/8/64 e pelo Decreto nº 55.762, de 17/2/65, que a regulamentou, refletiram as mudanças produzidas pela Revolução de 1964.

A nova orientação da política de governo na área econômica estabeleceu que se recorresse a capitais externos para complementar a poupança interna. As limitações quantitativas às remessas de lucros foram consideradas como fator inibidor à entrada de capital estrangeiro. A nova legislação eliminou os limites à remessa de lucros mas restringiu-a a 8% anuais para os investimentos externos em atividades referentes a bens e serviços de caráter supérfluo.

No que se refere à transferência de tecnologia, a Lei nº 4.390 manteve os dispositivos da Lei nº 4.131 e revogou os contidos no Decreto nº

¹⁴ Em relação a este capítulo, veja Biato, Francisco Almeida et alii. *A transferência de tecnologia no Brasil*. Brasília, IPEA/INPLAN, 1973. (Série Estudos para o Planejamento.)

53.451. O Decreto nº 55.762 de 1965 regulamentou a Lei nº 4.390 sem alterar sua essência.

A Lei nº 5.648, de 11/12/70, que criou o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), e a Lei nº 5.772, de 21/12/71, que instituiu o Código de Propriedade Industrial, introduziram modificações na sistemática de registro dos contratos de transferência de tecnologia. O primeiro desses textos legais atribui ao INPI, paralelamente à execução das normas que regulam a propriedade industrial, a adoção de medidas capazes de acelerar e regulamentar a transferência de tecnologia e estabelecer melhores condições de negociação e utilização de patentes. O Código de Propriedade Industrial acrescenta que ficam sujeitos a registro no INPI os atos ou contratos que impliquem em transferência de tecnologia. Segundo o novo sistema, o registro de qualquer contrato desse tipo no Banco Central — inclusive os de assistência técnica, serviços de engenharia e elaboração de projetos — só poderão ser efetuados após seu registro no INPI.

No âmbito da legislação tributária, o Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969, ao estabelecer incentivos à exportação de manufaturados, prevê a redução ou restrição do imposto de renda, incidente sobre transferência para o exterior a título de *royalties* e assistência técnica, de acordo com percentagens variáveis em função da razão “valor das exportações de produtos manufaturados — valor das transferências”.

Esse decreto-lei, regulamentado pelo Decreto nº 64.833, de 18 de julho de 1969, atribui ao Ministério da Fazenda a competência para regulamentar a aplicação de seus dispositivos legais.

6.1.3 Importação de tecnologia em matéria de equipamentos

Nos investimentos realizados pelas empresas governamentais é possível identificar dois tipos de procedimento para a aquisição de equipamentos e outros insumos, que refletem dois tipos diferentes de política de opção tecnológica.

O primeiro tipo de procedimento consiste em procurar, em princípio, adquirir insumos e equipamentos de fabricação nacional e comprar no exterior somente os bens que não podem ser produzidos internamente. Uma vez definido o montante de importações, são negociados no exterior os créditos necessários ao financiamento do projeto.

O segundo tipo de procedimento inverte essa seqüência de decisões. Em primeiro lugar negociam-se os créditos internacionais que, em geral, assumem a forma de importações financiadas pelo país credor e, posteriormente, com recursos da própria empresa e/ou das agências nacionais de financiamento, são adquiridos no país os demais produtos necessários ao projeto. Esse segundo tipo de procedimento faz com que seja desviada para o exterior uma parcela considerável da demanda de equipamentos e outros insumos que poderiam ser atendidos por produtores internos.

Para cada tipo de procedimento existe, *a posteriori*, uma justificativa particular. O primeiro caso seria o de empresas que estariam mais preocupadas com o crescimento industrial do país do que em maximizar a rentabilidade de suas unidades produtivas. Assim, os critérios que orientariam a escolha da tecnologia nessas empresas buscariam optar por técnicas de produção que lhes permitissem maximizar a utilização de recursos nacionais. Supõe-se que pelo menos em certos casos o que torna viável este tipo de procedimento é a elevada rentabilidade das atividades a que essas empresas estão dedicadas.

O segundo caso seria o das empresas que, por trabalharem com estreitas margens de rentabilidade, não estariam em condições de favorecer a indústria nacional e ver-se-iam obrigadas a orientar sua escolha de tecnologia no sentido da rentabilidade do projeto. Para alcançar esse objetivo usariam preferencialmente produtos importados, em geral tecnologicamente mais sofisticados, com menores custos de financiamento e acessíveis em menor tempo.

Neste momento encontra-se em processo de reformulação a política tecnológica das empresas estatais na suposição de que a estratégia seguida pelo segundo grupo não leva necessariamente à maximização da rentabilidade do projeto, isto é, não existiria conflito em utilizar equipamentos nacionais, supostamente menos atualizados que os importados e, ao mesmo tempo, maximizar a lucratividade do investimento. Presume-se que a existência de elevadas margens de rentabilidade em algumas empresas do primeiro grupo seria um indicador da consecução dos objetivos e não um requisito para alcançar a primeira. Em síntese, seriam rentáveis porque procuram maximizar a utilização de recursos nacionais e não o contrário.¹⁵

A constituição da Embramec, subsidiária do BNDE, cujos objetivos já foram explicados, é uma manifestação da nova política de governo em matéria de importação de equipamentos.

Deve-se assinalar, entretanto, que a importação dos equipamentos para as empresas governamentais nem sempre se deve a restrições tecnológicas por parte da oferta interna. Às vezes o financiamento externo para o projeto total está condicionado à importação de equipamentos. Exemplo disto é o que ocorreu com o financiamento estrangeiro do Plano Siderúrgico Nacional, que é relatado em uma publicação norte-americana: "O ponto mais importante em matéria de financiamento é que uma parte dos US\$ 260 milhões destinados pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento para o Plano Siderúrgico Brasileiro, pode financiar vendas norte-americanas. O dinheiro havia sido destinado estritamente a compras internas no Brasil, mas, em decorrência de pressões

¹⁵ Cf. Araújo Jr., José Tavares de. Escolha de técnicas e rentabilidade das empresas governamentais. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 447-62, jun. 1974.

exercidas pelo Tesouro dos Estados Unidos, os exportadores norte-americanos poderão, agora, conseguir parte dos fundos.”¹⁶

No que se refere a este aspecto, cabe apenas acrescentar a ação da Befiex (Comissão para a Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação) que começou a isentar de impostos a importação de máquinas e equipamentos para fábricas interessadas em ampliar sua produção para colocá-la no mercado externo. Para isso baseia-se no Decreto-lei nº 1.219, de 15/5/72, art. 6º.

6.2 Exportação

6.2.1 Aspectos legais

Não há normas especiais para as exportações efetuadas por empresas públicas.

As normas reguladoras de cada empresa estatal (leis de criação, estatutos, etc.) autorizam, em geral, a realização de exportações. Estas sujeitam-se ao regime ordinário de exportações, comum às empresas privadas.

6.2.2 Política de governo

Um dos aspectos mais notáveis em matéria de comércio exterior é a criação de *trading companies* com maioria acionária estatal ou com sensível participação do Estado em suas decisões.

a) Companhia Brasileira de Entrepostos e Comércio — Cobec:

Trata-se de uma iniciativa estatal, se bem que não seja uma empresa governamental. É uma sociedade anônima constituída por 54 bancos comerciais com um capital de Cr\$ 120 milhões. O Banco do Brasil S.A. possui 33% do capital social. Mesmo considerando a participação de bancos estaduais, os estabelecimentos de crédito particulares possuem mais de 50% de seu controle acionário. Seu objetivo é constituir-se em núcleo gerador de um sistema de apoio ao crescimento do comércio exportador.

Em 1973 começaram a funcionar seus primeiros entrepostos em São Paulo, Santos, Campinas, Rio Grande, Paranaguá, Belo Horizonte e Vitória. Inaugurou também armazéns em Lisboa — juntamente com um escritório — em São Francisco, Rotterdam e Lourenço Marques, destinados a coordenar os embarques de mercadoria brasileira para a costa leste dos Estados Unidos, o Mercado Comum Europeu e a África, respectivamente.

Em 1974 foram inaugurados entrepostos em Nova Iorque, Hamburgo, Londres, Paris, Las Palmas e Panamá.

¹⁶ *Business Week*, Jan. 27, 1975, p. 62.

Em 1975 foram criadas representações da Cobec em Chicago, Madri, Buenos Aires e Toronto.

Em uma etapa posterior abrirá escritórios e entrepostos em Viena, Bruxelas, Milão, Madri, Atenas, Estocolmo e Moscou. O escritório de Moscou atenderá o comércio do Brasil com a União Soviética e os demais países do Comecon. Na África: Lagos (Nigéria), Luanda (Angola) e Johannesburg (África do Sul). Terá escritórios também em Beirute, Tóquio, Hong-Kong e Sidney.

Entre 1974 e 1975 a Cobec constituiu cinco subsidiárias no exterior: Cobec Im—Und Export G.m.b.H., com sede em Hamburgo; Cobec—uk Limited, com sede em Londres; Cobec — Rotterdam B.V., com sede nessa cidade holandesa; Cobec — Brazilian Trading and Warehousing Corporation of the United States (Cobec — US), com sede em Nova Iorque, filiais em São Francisco e Chicago e representação em Los Angeles e a Entrebrás Corporation, com sede no Panamá. Esta última foi constituída com capital da Cobec—uk Limited e da Cobec Im—Und Export G.m.b.H.

Iniciaram-se paralelamente as operações de armazenagem e comercialização, atuando também a Cobec como órgão regulador do tratamento fiscal das *trading companies* e, conseqüentemente, como elemento auxiliar da Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.) e da Secretaria da Receita Federal no controle dos incentivos fiscais concedidos a essas empresas.

1. Funcionamento. O produto importado poderá permanecer um ano nos armazéns da Cobec a partir da data de sua entrada. Esse prazo poderá ser prorrogado até dois anos, a critério do Ministério da Fazenda. A mercadoria deve destinar-se ao consumo interno ou à re-exportação.

Os produtos exportados poderão permanecer um ano a partir da data da sua entrada. O Ministério da Fazenda decidirá sobre as prorrogações. No caso de mercadorias beneficiadas com incentivos fiscais e sendo o exportador um produtor, empresa agente de exportação, consórcio, cooperativa ou entidade semelhante, será suspenso o pagamento dos tributos. O exportador receberá os benefícios fiscais no momento de embarque do produto e só então se procederá à cobrança de impostos. O produtor poderá utilizar os depósitos sem mediação das *trading companies* e poderá obter *warrants* negociáveis junto ao Banco Central.

A Cobec atua com base no fato de que a importação de grande volume do produto implica em vantagens de preços e condições. Por outro lado, proporciona ao importador um maior capital de giro, já que os tributos são cobrados à medida que a mercadoria vai saindo dos entrepostos. A Cobec participa também das políticas destinadas à adoção de *containers* e realiza pesquisas de mercado e comercialização para as empresas nacionais.

2. Atuação em 1975. As operações realizadas pela Cobec nas Bolsas de Mercadoria do exterior somaram, em 1975, US\$ 300 milhões. A empresa

já conta com um operador permanente na Bolsa de Mercadorias de Chicago. Durante o mesmo ano a empresa registrou um total de exportações e importações de US\$ 319.678.000 e US\$ 29.348.000, respectivamente. O lucro bruto obtido foi de Cr\$ 102.900.000,00.

Em fins de 1974 a Cobec contava com 478 variedades de produtos armazenados em seus depósitos, no valor de Cr\$ 887.410.000,00. Isto proporciona aos seus usuários, inclusive outras *trading companies*, financiamentos indiretos da ordem dos Cr\$ 326.031.000,00.

Estes empréstimos concedidos pelo sistema bancário através de *warrants* sobre mercadorias depositadas na Cobec, compreendem: 445 *warrants* no valor de Cr\$ 156.000.000,00 no regime aduaneiro de exportação; 65 *warrants* no valor de Cr\$ 2.430.000,00 no regime aduaneiro extraordinário de exportação, exclusivo das *trading companies* e 268 *warrants* no valor de Cr\$ 167.564.000,00, no regime aduaneiro de importação.

b) *Trading companies* estatais:

— Petrobrás Internacional S. A. — Braspetro

Até a criação da Interbrás, a Braspetro utilizou seus escritórios no exterior não somente para a comercialização do petróleo e seus derivados e para execução das operações da Petrobrás no exterior mas também para a realização de numerosas e variadas operações como a venda de calçados e produtos têxteis à União Soviética, venda de carne à Nigéria, etc.

— Petrobrás Comércio Internacional S. A. — Interbrás

Constituída em 19 de fevereiro de 1976, esta nova subsidiária da Petrobrás pretende aproveitar o poder de negociação que as grandes compras de petróleo proporcionam à empresa petrolífera.

Atuará como *trading company* continuando o trabalho iniciado nesse sentido pela Braspetro, mas seus objetivos são mais ambiciosos. Buscará associar-se a capitais nacionais e estrangeiros para explorar matérias-primas e indústrias, atuando nos moldes das grandes empresas transnacionais: "No Brasil (...) somente empresas nacionais poderosas, como a Petrobrás, terão condições de enfrentar as multinacionais dos EUA, Europa Ocidental e Japão e as importantes empresas estatais da União Soviética e do Leste Europeu e com elas competir".¹⁷

A Interbrás já abriu um escritório em Angola e prepara-se para inaugurar outro no Kuwait. Com este último país foram iniciados entendimentos para a constituição de sociedades destinadas à fabricação de equipamentos pesados para o mercado árabe. Com a Polônia discute-se um convênio de longa duração estabelecendo a venda de soja, ferro, café e outros produtos em troca de carvão e equipamentos para extração de petróleo. Com a Angola firmou-se um convênio de venda de ônibus de passageiros e vários produtos manufaturados em troca de petróleo, cafés especiais e outros produtos.

¹⁷ Discurso do Dr. Carlos Sant'Anna, vice-presidente executivo da Interbrás, no ato de constituição da empresa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1976.

6.2.3 Participação das empresas públicas no total de exportações

Segundo estatística da Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.) a participação do Estado entre os 50 maiores exportadores do Brasil, que era de 9,9% em 1969, passou para 17,9% em 1972.

Nesse ano, o Instituto de Açúcar e do Alcool (autarquia) figurou como a maior firma exportadora, seguida pela CVRD. A Petrobrás ocupou o oitavo lugar, o Instituto Brasileiro do Café (autarquia) colocou-se em 12º lugar e a Companhia Siderúrgica Nacional em 7º lugar. A Superintendência Nacional da Marinha Mercante (Sunaman) figura em 43º lugar.

As estatísticas de exportações referentes às principais empresas são as seguintes:

Empresa	1970-72 (Média em US\$ milhões)	1972 (em US\$ milhões)	% sobre total de exportação (72)
CVRD	181	190.573	4,8%
Petrobrás	35	47.098	1,2%
CSN	16	17.383	0,4%
Usiminas	—	9.516	0,2%

Os principais produtos exportados pelas empresas mencionadas são: CVRD — minério de ferro; Petrobrás — óleo combustível e querosene; CSN e Usiminas — produtos siderúrgicos.

— Companhia Vale do Rio Doce — CVRD

O Quadro 20 indica a exportação de minério de ferro realizada pela CVRD nos últimos 10 anos.

Quadro 20

Companhia Vale do Rio Doce — Exportação de minério de ferro

Ano	Toneladas
1966	9.044.616
1967	10.815.893
1968	11.550.178
1969	16.056.536
1970	21.800.028
1971	25.295.215
1972	25.178.455
1973	37.513.272
1974	46.213.471
1975	47.300.000

Fonte: CVRD. *Relatório anual*, 1975.

A exportação total da CVRD, por tipo de minério de ferro, em 1974, comparativamente a 1973, aparece no quadro 21.

Quadro 21

Companhia Vale do Rio Doce — Exportação por tipo de minério de ferro (em toneladas métricas)

Tipos	1974	%	1973	%
Granulados	17.528.727	37,9	15.530.597	41,4
Fino concentrado	25.361.381	54,9	18.986.108	50,6
Pelotas	3.323.363	7,2	2.996.567	8,0
Total	46.213.471	100,0	37.513.272	100,0

Fonte: CVRD. *Relatório anual*, 1974.

São mencionadas a seguir, no quadro 22, as exportações realizadas em 1974 e 1973, por país de destino e mercado. Convém destacar o crescimento verificado nas exportações da CVRD para os EUA, que foi da ordem de 88%.

Quadro 22

Companhia Vale do Rio Doce — Exportações

País	1974	%	1973	%
Alemanha Ocidental	6.314.645	13,7	6.189.613	16,5
França	4.086.684	3,9	2.706.693	7,2
Itália	2.723.352	5,9	2.149.110	5,8
Inglaterra	2.423.636	5,2	1.948.210	5,2
Áustria	1.780.667	3,9	1.196.130	3,2
Espanha	1.448.202	3,1	1.206.746	3,2
Holanda	1.352.709	2,9	1.774.552	4,7
Bélgica	616.091	1,3	429.897	1,1
Luxemburgo	244.671	0,5	135.394	0,4
Escócia	31.566	0,1	49.627	0,1
Total do mercado europeu ocidental	21.022.223	45,5	17.785.972	47,4
Japão	16.000.115	34,6	13.779.811	38,8
China	53.672	0,1	46.745	0,1
Total do mercado asiático	16.053.788	34,7	13.826.556	38,9

País	1974	%	1973	%
EUA	5.828.709	12,6	3.093.395	8,3
Argentina	800.773	1,7	765.774	2,0
Canadá	448.112	1,0	374.458	1,0
Total do mercado americano	7.077.594	15,3	4.233.627	11,3
Checoslováquia	535.542	1,2	323.133	0,8
Polônia	507.493	1,1	442.672	1,2
Iugoslávia	339.824	0,7	233.236	0,6
Alemanha Oriental	284.742	0,6	304.492	0,8
Romênia	214.062	0,5	101.104	0,3
Turquia	178.203	0,4	262.482	0,7
Total do mercado europeu oriental	2.069.366	4,5	1.667.119	4,4
Total geral	46.213.471	100,0	37.513.274	100,0

Fonte: CVRD. *Relatório anual*, 1975.

Quadro 23

Petrobrás — Derivados de petróleo exportados em 1973

<i>Derivados de petróleo</i>	<i>m³</i>
Gasolina de automóvel	22.612
Gasolina de aviação	6.373
Querosene de aviação	27.762
Óleo diesel	368.128
Nafta	100.590
Gás liquefeito	38.113
Óleo combustível	1.464.242
Parafinas	5.243
Querosere para iluminação	89.689
Combustível para navios	808.559
Valor total das exportações* (em US\$) de derivados de petróleo	86.200.000 (CIF)

* A Petrobrás exporta, também, petróleo bruto de alta densidade extraído de suas jazidas no estado da Bahia. Esse petróleo é trocado por petróleo de menor densidade. Calcula-se que o preço de um barril de petróleo do primeiro tipo equivalha ao de dois barris de petróleo do segundo tipo.

Fonte: Petrobrás. *Relatório das atividades*, 1973.

Quadro 24

Exportações totais por mil toneladas — Companhia Siderúrgica Nacional

<i>Ano</i>	<i>Total</i>	<i>Índice</i>
		(Relação 1970=100)
1970	144	100
1971	100	69
1972	196	136
1973	233	162

Fonte: CNS. *Relatório*, 1973.

Quadro 25

Exportação segundo os principais produtos — Companhia Siderúrgica Nacional

<i>Produto</i>	<i>1972</i>	<i>1971</i>	<i>(Rel. 1971=100)</i>
Folhas de flandres	22.162	6.437	344
Chapas finas a frio	2.949	3.414	86
Chapas finas a quente	1.159	1.288	90
Bobinas a quente	36.446	2.265	1.609
Chapas grossas	1.557	3.171	49
Perfis e barras	22.099	12.429	178
Trilhos	—	12	—
Placas	40.390	68.574	59
Lingotes	38.655	—	—
Bobinas a frio	30.122	2.719	1.108

Fonte: CSN. *Relatório*, 1973.

6.3 Investimentos de empresas públicas no exterior e participação em projetos multinacionais

6.3.1 Petrobrás Internacional S.A. — Braspetro

A Petrobrás está buscando novas fontes de fornecimento fora do país através de sua subsidiária Braspetro, que tem por finalidade realizar trabalhos de prospecção, extração, refino, comercialização e transporte de petróleo, fora do território brasileiro.

Foi criada em 1972 e iniciou suas atividades nesse mesmo ano, na área de prospecção e produção. Em 1973 abrangeu os demais ramos da indústria petrolífera atuando em seu próprio nome ou como representante da Petrobrás.

Paralelamente a seus objetivos de lucros, a atuação da Braspetro está condicionada por outros fatores de interesse nacional: a necessidade de adquirir tecnologia comercial referente à indústria petrolífera em suas diversas fases, poupança de lucros pagos atualmente a terceiros, diversificação de fontes de abastecimento, economia das reservas internas. Além disso, sua atuação criou novos mercados para outros produtos brasileiros, na medida em que a Braspetro funcionou como *trading company*.

Sua penetração nos países produtores de petróleo vê-se beneficiada pelo fato de que a Petrobrás é a maior companhia compradora de petróleo do mundo ocidental. Seu capital autorizado é de Cr\$ 200.000.000,00 dos quais Cr\$ 50.000.000,00 foram inicialmente subscritos pela Petrobrás.

Suas condições de operação em cada país são reguladas por contratos firmados com as entidades que concedem áreas para prospecção ou como concessionárias, no caso de operação conjunta (*joint-ventures*). Os termos de algumas concessões asseguram o reembolso de certas despesas efetuadas na fase de pesquisa, no caso de localização de reservas petrolíferas comercialmente exploráveis. A Petrobrás, entretanto, assegura à Braspetro o reembolso das despesas com projetos de prospecção que não resultem em exploração comercial. Os recursos financeiros exigidos pelos projetos de prospecção têm sido fornecidos pela Petrobrás e poderão ser convertidos em participação no capital ou substituídos por outras fontes de financiamento.

6.3.1.1 Atuação no exterior

A Braspetro está atuando na Colômbia, associada à Tennecol, através da empresa Petróleos Colombo-Brasileiros S.A. — Colbrás. Em princípios de 1972 a Petrobrás adquiriu 50% do capital com direito a voto da Tennessee Colombia S. A. (Tennecol), empresa criada para pesquisar petróleo naquele país. A Petrobrás adquiriu assim direitos de concessão sobre áreas da Colômbia que deviam ser exploradas pela Tennecol. Atualmente a Braspetro desenvolve nas campos produtores de petróleo.

No vale do alto Magdalena os trabalhos já alcançam a fase de produção, enquanto que em Yari e Refúgio são realizados trabalhos exploratórios. A área da bacia de Yari e Refúgio tem 20.000 km². Estuda-se a viabilidade econômica de uma refinaria na Colômbia, que será construída e administrada pela Colbrás.

O investimento realizado pela Braspetro na Colômbia durante 1973 foi de US\$ 3.402.000,00 e em 1974 foi de US\$ 2.807.000,00.

No Iraque a Petrobrás firmou, em 6 de agosto de 1972, um contrato de serviço com o governo iraquiano através da Iraq National Oil Company (Inoc), com a duração de 24 anos, para pesquisa e exploração de petróleo nesse país. Na primeira etapa do contrato, de três anos de duração, a Braspetro deverá pesquisar todas as áreas concedidas para esse fim.

Na fase de prospecção, as despesas são de responsabilidade da prospectora (Braspetro), mas sob a forma de empréstimo tomado à outra participante, com reembolso a partir da fase de produção comercial. A produção será de propriedade da Inoc. Em compensação, a Braspetro receberá uma parcela da produção a preços preferenciais e terá direito a adquirir uma parte da produção a preços de mercado.

Já foram realizados trabalhos de prospecção, com levantamentos sísmicos na área de Basrah e foi aprovada a perfuração de um poço pioneiro. Na área de Al-Gharbi foi executado o programa sísmico de reconhecimento e espera-se seu estudo detalhado para reprocessar algumas linhas sísmicas. Na área de Bagdá—Falluja iniciou-se a programação do reconhecimento sísmico.

O investimento da Braspetro no Iraque, durante 1974, foi de US\$ 12.254.000,00.

No Egito, o abastecimento de petróleo egípcio à Petrobrás levou a um contrato, firmado em agosto de 1973, entre a Egyptian General Petroleum Co. (EGPC) e a Braspetro, pelo qual esta se associa com o objetivo de explorar áreas no vale do rio Nilo, na bacia do Deserto Ocidental, por um período de prospecção de oito e uma duração total de 30 anos, prorrogáveis por 10 anos. Na fase de exploração a EGPC e a Braspetro formarão uma empresa de operação com participação equitativa e consequente distribuição da produção. A concessão sobre 18.000 km² e está situada ao sul do Cairo.

Um equipamento sísmico arrendado, que opera pelo sistema Vibroseis, está em atividade no Deserto Ocidental. Um equipamento gravimétrico fará o levantamento da concessão no vale do Nilo, o qual servirá de base para os futuros trabalhos sísmicos. Estão programadas seis sondas-meses para a perfuração de dois poços pioneiros no Deserto Ocidental.

O investimento no Egito alcançou, durante 1974, a US\$ 4.725.000,00.

Na República Malgache (Madagascar), a Braspetro está associada à Chevron Overseas Petroleum Inc., em *joint-venture* para a exploração de áreas selecionadas (áreas de Tongobory) na proporção de 50/50 (investimento e destinação da produção) e por um período de cinco anos. Se a área for produtiva o contrato poderá estender-se até 45 anos.

Já foram realizados trabalhos sismográficos detalhados que revelaram quatro estruturas. Pelo menos duas delas serão perfuradas: a prospecção de Sakaraha e a de Lac.

O investimento na República Malgache alcançou, no ano 1973, a US\$ 3.800.000,00 e em 1974 a US\$ 1.816.000,00.

No Irã a Braspetro associou-se, em abril de 1973, à Mobil Oil Corp. e a National Iranian Oil Co. (Nioc), através da empresa Hormuz Petroleum Co. (Hopeco), para exploração do estreito de Hormuz, no golfo Pérsico. O período de prospecção é de seis anos e o de exploração é de 20 anos, prorrogáveis por mais 10 anos. Nas fases de desenvolvimento e exploração, os investimentos devem ser efetuados na proporção de 50% pela Nioc, 25% pela Mobil Oil e 25% pela Braspetro.

Já foram executados levantamentos sísmicos detalhados de um terço da área desse estreito. Quatro estruturas foram mapeadas tendo-se concluído um poço (HD-1), considerado não explorável comercialmente.

O investimento no Irã, durante 1974, alcançou US\$ 6.972.000,00.

No mar do Norte a Braspetro associou-se a um grupo de empresas independentes (quatro norte-americanas e uma norueguesa), para formar o consórcio Brasaminor, cujo objetivo era conseguir a concessão de áreas norueguesas no referido mar.

Realizaram-se os trabalhos de interpretação dos dados sísmicos obtidos pelo grupo, o que levou à seleção de áreas. O grupo, porém, não foi considerado nas negociações finais.

O investimento da Braspetro no mar do Norte foi, em 1973, de US\$ 111.000,00 e em 1974, de US\$ 25.000,00.

Na Argélia, no final de 1973, foi assinado um protocolo de acordo com a Sonatrach, empresa estatal argelina, para exploração de petróleo nesse país. Em 1974 foram iniciados os trabalhos de prospecção: o investimento na Argélia, nesse ano, foi de US\$ 12.148.000,00.

Na Líbia foi firmado, em setembro de 1974, um contrato para prospecção e exploração de petróleo segundo o qual a Braspetro se compromete a investir US\$ 35.000.000,00 nesse país durante os cinco anos subsequentes. O acordo é válido por 30 anos e se refere a uma área de 20.000 km² ao sul e sudeste de Trípoli, nas zonas Sirt e Mirzak. Ao governo líbio são reservados 85% da produção.

Cabe assinalar, além disso, o início da participação em operações de refino no exterior, mediante a atuação na Colômbia, já citada, e o acordo de processamento em duas refinarias da Itália, firmado pela Petrobrás, que prevê um total de 7.235 m³ diários (45.508 barris por dia) de petróleo cru. Durante 1974 foram processados 25.000 barris diários.

Este aspecto tem sido atendido através da instalação de um escritório em Paris, denominado Núcleo Braspetro, ao qual cabe a responsabilidade de comercialização e transporte dos produtos. Em outubro de 1974 o núcleo foi transformado em subsidiária, atualmente em fase de instalação.

Desde o início de suas atividades no exterior, a Braspetro tem utilizado técnicos brasileiros tanto no estudo das áreas de exploração, como na execução e supervisão dos contratos de que participa.

No final de 1975 a Petrobrás e a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos decidiram construir um gasoduto para transporte de gás boliviano para o Brasil, em condições semelhantes ao intercâmbio existente desde 23/7/68 entre a YPF (Argentina) e a YPFB.

6.3.2 Siderurgia Brasileira S.A. — Siderbrás

Foram reiniciadas as conversações com a Colômbia para a constituição de uma empresa binacional destinada a exploração e beneficiamento de carvão colombiano. A Siderbrás será acionista minoritária na iniciativa.

O Brasil comprará o carvão siderúrgico produzido pela nova empresa. Prevê-se o início das operações para 1977.

6.3.3 Companhia Vale do Rio Doce — CVRD

Ao descrever esta empresa mencionou-se a existência de suas subsidiárias no exterior: Rio Doce Europa, Itabira Eisenerz e Itabira International.

A isso deve-se acrescentar o acordo firmado entre a CVRD e a Gofi (Egito) para a construção de uma usina de pelletização no Brasil e uma de ferro-esponja em Alexandria.

Para a usina brasileira prevê-se um investimento de 120 milhões de dólares, 80 dos quais serão providos por capitais árabes. Participarão do projeto a Companhia Itoh, do Japão e o Grupo Korf, da República Federal Alemã. A usina produzirá 4 milhões de toneladas por ano. 3,6 milhões de toneladas serão exportadas para o Egito como matéria-prima da usina de Alexandria. A usina brasileira tem assegurada a exclusividade no fornecimento de pelotas para a usina egípcia. Os navios da CVRD levarão ferro e trarão petróleo.

A Docenave, subsidiária da CVRD, tem as seguintes participações societárias no exterior:

- a) 99,95% capital da Seamar Shipping Corporation, com sede em Monrovia (Libéria) através da qual a Docenave adquiriu dois de seus navios *ore-oil* construídos no Japão;
- b) 50% da Nippon Brazil Bulkcarriers Ltd. com sede em Nassau, Bahamas.

A CVRD celebrou, em 1974, novos contratos com a Romênia, Polônia e a República Democrática Alemã, que asseguram a venda, a longo prazo (até 10 anos), de 40 milhões de toneladas de ferro. Firmou também contratos no mercado norte-americano para vendas a médio e a longo prazo num total de quase 40 milhões de toneladas de minério de ferro.

6.3.4 Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás

a) Em 1973 foi concluída a interconexão das redes da Cia. Paranaense de Energia Elétrica (Copel) — associada da Eletrobrás — e a empresa Ande, do Paraguai. Esta última fornece energia à primeira.

b) A Eletrobrás e a Ande, do Paraguai, representam seus respectivos governos na Empresa Itaipu Binacional, criada em 26 de abril de 1973 e destinada à construção e exploração do sistema hidrelétrico de Itaipu.

c) Em 14 de março de 1972 foi firmado um convênio entre a Eletrobrás e a empresa Argentina Água Y Energía Eléctrica, para aproveitamento de trecho do rio Uruguai comum aos dois países (700 km desde Salto Grande até Ipiranga, estado de Santa Catarina, Brasil).

O relatório do inventário e pré-factibilidade foi concluído em 19 meses e são realizados atualmente os estudos de viabilidade e o projeto básico. Já foram realizados os primeiros serviços de sondagem geológica e o levantamento aerofotogramétrico para o mapeamento detalhado das áreas que serão ocupadas pelas represas, além de pesquisas sócio-econômicas sobre a região.

Prevê-se a construção de três centrais hidrelétricas: 1. Garabi (prazo de seis anos), com uma potência de 1.800.000 kw e uma produção anual de 6.500.000.000 de kw. 2. São Pedro (próximo a Uruguaiana), com uma potência de 745.000 kw e uma produção anual de 3 bilhões de kw. 3. Roncador — Panambi (perto de Puerto Lucena), com uma potência de 2.700.000 kw e uma produção anual de 9.300.000.000 de kw.

O custo total do projeto é estimado em US\$ 1.826.000.000.

d) A Eletrobrás assinou convênio com a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul) para colaborar na elaboração do projeto final da central hidrelétrica de Passo Centurião, sobre o rio Jaguarião. Esta usina faz parte de um programa integrado de desenvolvimento da região da lagoa Mirim, elaborado pelo Brasil e pelo Uruguai, e terá uma potência de 30 mw.

e) Desde 1966 existe um contrato de fornecimento de energia a cidades fronteiriças do Uruguai e foram iniciadas conversações para novas conexões internacionais com o Paraguai, na região de Ponta-Porã, e com a Bolívia, na região de Corumbá.

Summary

With the purpose of studying the behavior of the Brazilian public enterprises at federal level, the author tries first to characterize in a descriptive and systematic way the general aspects of the sector, analyzing afterward the factors which would historically explain the forthcoming of such enterprises, and their international action patterns.

At descriptive level the general aspects of the system of the public enterprises are presented in conformity to certain characteristics (juridical aspects, dimension of the system, criteria for the establishment of public enterprises, rational patterns of their behavior, labor relations, external control instruments, taxation, independent action and dividends application) complemented by a list of several public enterprises existing in May 1976. This list is organized according to different productive sectors.

Analyzing the historical factors which would explain the development of public enterprises, the author verifies that, while the State incursions in the area of the enterprises before 1930 were basically due to the necessity of maintaining services which had become less profitable, after 1930 such undertakings became more interventionistic. Therefore, the enlargement of such enterprises, from 1930 on, follows the intention of the Government to support and accelerate the process of industrialization, first as a result of the necessity of protecting the economy from the worldcrisis impact and later for reasons of internal security due to the world warlike situation. Such tendency would gather new strength during the decade of the 50's, on the one hand by the increasing utilization of the state planning to accelerate industrialization, and on the other hand by the withdrawal of the private initiative at the public services area, due to the rates and prices control policy as a consequence of the acceleration of the inflationary process. The same reasons would lead to the maintenance of the public sector development during the decade of the 60's, which,

however, would have as its main characteristic the consolidation of the sector through the establishment of holding enterprises. From 1973 on, however, the author verifies a reorientation of the policy of the sector when it is introduced a jointventure policy which uses foreign and national private capital in order to rationalize the State investment. At the same time Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico begins to participate in national enterprises with two objectives: support and orient the production of different sectors and avoid the denationalization of the Brazilian industry.

Finally the article analyzes the international action of the Brazilian public enterprises in terms of import policy, export policy and investment policy abroad, characterizing the main points, still under discussion, of the definition of the respective policy, and the different aspects of the international action of the major public enterprises.

BIBLIOTECA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Praia de Botafogo 190 — 7.º andar

266-1512 ramal 170 — Serviço de Referência e Circulação;
ramal 171 — Serviço de Referência Legislativa.

Horário: janeiro e fevereiro, todos os dias úteis das 8 às 17,30 horas; março a dezembro, todos os dias úteis, das 8 às 20 horas e aos sábados, das 9 às 12 horas.

BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Rua da Candelária 6 — 3.º andar 221-2331.

Horário: todos os dias úteis das 8 às 12 e das 13 às 17 horas, exceto 5.ª-feira das 13 às 17 horas.

Nós, da Fundação Getúlio Vargas, estamos trabalhando para o Correio.

Para **O Correio da Unesco**.

Entregamos cultura.

Cultura sem preconceitos, em artigos escolhidos que tratam de temas que interessam a todos: educação, ciência, arte, comunicação. Que apresentam um diagnóstico dos grandes problemas do mundo atual — poluição, drogas, espionagem eletrônica, por exemplo — e suas possíveis soluções.

Tudo isso bem pesquisado pelos melhores técnicos de informação e bem escrito pelos maiores especialistas.

Quem lê **O Correio da Unesco** está sempre na frente, pois muita coisa que é novidade agora para a maioria, o leitor de **O Correio da Unesco** já está sabendo há muito tempo.

Editado em português pela Fundação Getúlio Vargas.

Nas principais livrarias ou pelo reembolso postal. Pedidos para a Editora da FGV: Praia de Botafogo 188, C.P. 9 052, ZC-02, Rio de Janeiro.